

**Histórias de um Brasil que funciona: governos locais
ajudando a construir um país mais justo: ciclo de
premiação 2001**

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>



Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS
DE UM
Brasil
QUE FUNCIONA

GOVERNOS LOCAIS AJUDANDO
A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO



Gestão Pública e Cidadania

HISTÓRIAS
DE UM
Bom
QUE FUNCIONA
Ciclo de Premiação 2001

GOVERNOS LOCAIS AJUDANDO
A CONSTRUIR
UM PAÍS MAIS JUSTO

Edição:
PETER K. SPINK

Textos:
HÉLIO BATISTA BARBOZA
(a partir das informações fornecidas
pelos finalistas e dos relatórios de
visita de campo elaborados
pelos pesquisadores do Programa
Gestão Pública e Cidadania)

Projeto gráfico, diagramação e capa:
LIRIA OKODA

Fotolitos:
MEGAGRAPH BUREAU

Impressão:
WIL GRAPH

Impresso em novembro de 2001
São Paulo, SP

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Karl A. Boedecker da Escola de
Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

Programa Gestão Pública e Cidadania - Histórias de um Brasil que funciona - 2001 /
São Paulo:
Programa Gestão Pública e Cidadania, 2001.
94p.

ISBN 85-87426-04-4

1. Administração Pública - Brasil. 2. Políticas Públicas - Brasil. 3. Governo
Local - Brasil. I. Programa Gestão Pública e Cidadania.

CDU - 35 (81)

SUMÁRIO

- 5> INTRODUÇÃO
8> MAPA DO BRASIL QUE FUNCIONA
-
- ASSISTÊNCIA SOCIAL**
- 11> Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (PETI) – Três Lagoas (MS)
15> Projeto Cidadão do Futuro – Lagarto (SE)
-
- CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS**
- 19> Programa Família Cidadã – Amapá
-
- CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS**
- 23> Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento (Cinpra) – Municípios do MA
-
- DEFICIENTE**
- 27> Programa de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência (Padef) – São Paulo
-
- DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL EM BASES SUSTENTÁVEIS**
- 31> Manejo Participativo para Exploração Sustentável da Samambaia Silvestre – Ilha Comprida (SP)
35> Programa de Desenvolvimento Local de Piraiá (RJ)
39> Projeto Arte Baniwa – Comunidades Baniwa da região do alto rio Içana, afluente do Rio Negro (AM)
43> Projeto Castanha – Amapá
-
- EDUCAÇÃO**
- 47> Programa Nazareno Verde – Nazareno (MG)
51> Projeto de Educação Indígena Tupinikim e Guarani – Aracruz (ES)
-
- FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**
- 55> Fundo Municipal de Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol – Belém (PA)
59> Fundo para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Fundaf) – Pão de Açúcar (AL)
-
- HABITAÇÃO**
- 63> Programa João de Barro – Bom-Plac – Santa Cruz do Sul (RS)
-
- MINORIAS**
- 67> Projeto Cidadania no Cárcere - Birigüi (SP)
-
- RECURSOS HÍDRICOS, IRRIGAÇÃO E DRENAGEM**
- 71> Projeto Pingo D'Água – Quixeramobim (CE)
-
- RECURSOS HÍDRICOS, IRRIGAÇÃO E DRENAGEM / ENERGIA E RECURSOS MINERAIS**
- 75> Projeto Água Viva / Projeto Luz do Sol – Mossoró (RN)
-
- SAÚDE**
- 79> Autópsia Verbal: Investigação de Óbitos de Menores de 1 Ano – Pedras de Fogo (PB)
83> Programa Mãe Curitibana – Curitiba (PR)
87> Programa UNI Londrina – Londrina (PR)
-
- 91> EQUIPE DO PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA
92> PUBLICAÇÕES E PRODUTOS DO PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA E CIDADANIA

Histórias de um Brasil que funciona

GOVERNOS LOCAIS AJUDANDO A
CONSTRUIR UM PAÍS MAIS JUSTO

As histórias deste livro resumem as 20 experiências finalistas do ciclo de premiação de 2001 do Programa Gestão Pública e Cidadania, uma iniciativa da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Ford, com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Desde 1996, O Programa busca disseminar práticas de gestão pública dos governos subnacionais – Estados, municípios e organizações próprias dos povos indígenas – que sejam inovadoras e que valorizem a cidadania. Um banco de dados com as 4.118 inscrições recebidas nestes seis anos encontra-se disponível na internet (<http://inovando.fgvsp.br>) e em forma impressa (*ver a relação de publicações e vídeos do Programa, no final deste volume*).

A seleção das 20 experiências finalistas demanda quase um ano de trabalho, começando pelo envio de um *folder* de apresentação e

INTRODUÇÃO

de uma ficha de inscrição para mais de vinte mil endereços. Em 2001, sexto ano do Programa, foram recebidas 727 inscrições, das quais 672 vieram de governos municipais.

Após o recebimento das inscrições, o Comitê Técnico do Programa Gestão Pública e Cidadania avalia as experiências. O Comitê é formado por pesquisadores de universidades e centros de pesquisa, além de profissionais ligados a organizações da sociedade civil. Segundo os critérios utilizados nessa avaliação, consideram-se inovadores os programas, projetos ou atividades que:

1) introduzem mudanças significativas em relação a práticas anteriores em determinada área geográfica ou temática;

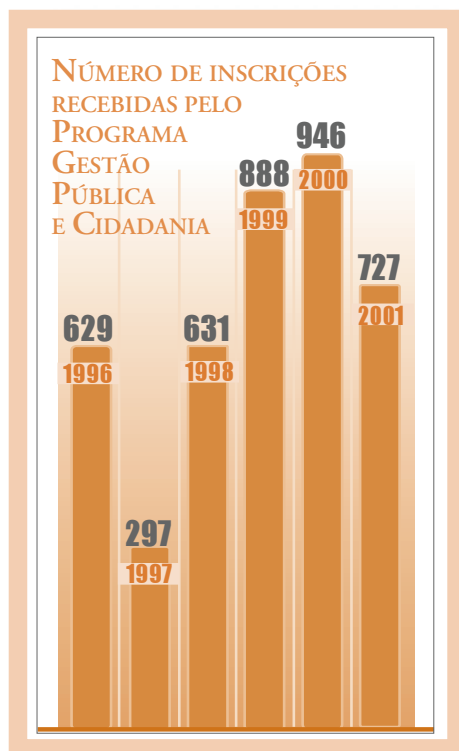
2) têm impacto positivo sobre a qualidade de vida da comunidade;

3) podem ser repetidos ou transferidos para outras regiões ou administrações;

4) ampliam ou consolidam o diálogo entre a sociedade civil e os agentes públicos e

5) utilizam recursos e oportunidades de forma responsável, visando à auto-sustentabilidade.

Com base nesses critérios, o Programa realiza uma



seleção, dividida em três fases. Na primeira, são escolhidas 100 iniciativas semifinalistas. Numa segunda etapa, selecionam-se 30 programas pré-finalistas, visitados por técnicos de diversas universidades e instituições de pesquisa. A partir dos relatórios elaborados por esses técnicos, são escolhidas as 20 experiências finalistas.

Tais experiências retratam o esforço de governos estaduais, municipais e de organizações próprias dos povos indígenas para superar as injustiças sociais, ampliar o acesso aos serviços públicos e democratizar a gestão do Estado. Trata-se, numa palavra, de estender a cidadania para milhões de

brasileiros que hoje estão sujeitos a diversas formas de exclusão.

Os portadores de deficiência, por exemplo, constituem o público beneficiário do *Programa de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência (Padeff)*, uma iniciativa do governo do Estado de São Paulo para ajudar essas pessoas a fazer parte do mercado de trabalho. Outro grupo de excluídos, a população do sistema carcerário, é atendido pelo *Projeto Cidadania no Cárcere*, implantado pelo Poder Judiciário de Birigui-SP, em parceria com a sociedade local. Os presos também participam do *Programa João de Barro – Bom-Plac*, de Santa Cruz do Sul-RS, que constrói casas populares de uma forma simples e barata, ao mesmo tempo em que contempla o saneamento ambiental, por meio da reciclagem de pneus usados.

No Amapá, o combate à exclusão social envolve uma rede de serviços oferecidos por diversos órgãos do governo estadual, articulados em torno do *Programa Família Cidadã*.

As ações começam pelo pagamento de meio salário mínimo às famílias que mantêm os filhos na escola, considerada o ponto de partida para que o futuro das crianças seja melhor que o seu presente. A mesma premissa orienta as experiências implementadas em Lagarto-SE (*Projeto Cidadão do Futuro*) e em Três Lagoas-MS (*Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI*), ambas apoiadas por um programa do governo federal.

Se a escola é tão importante para garantir a cidadania, torna-se imprescindível que o processo educativo atenda as necessidades de diferentes grupos e localidades. Sob essa nova orientação, a escola aprofunda seu conhecimento sobre a realidade em que está inserida e, ao mesmo tempo, alavanca a transformação dessa mesma realidade. Em Nazareno-MG, por exemplo, a escola é uma das principais articuladoras da mobilização social que, juntamente com as ações do governo local, procura diminuir a degradação ambiental do município (*Programa Nazareno Ver*

NÚMERO DE INSCRIÇÕES, POR ÁREA, EM 2001

Administração e Governo	51
Infra-Estrutura e Meio Ambiente	57
Serviços Públicos	347
Cidadania e Dir. Humanos	199
Desenvolvimento Econômico e Social	71
Judiciário	2

INTRODUÇÃO

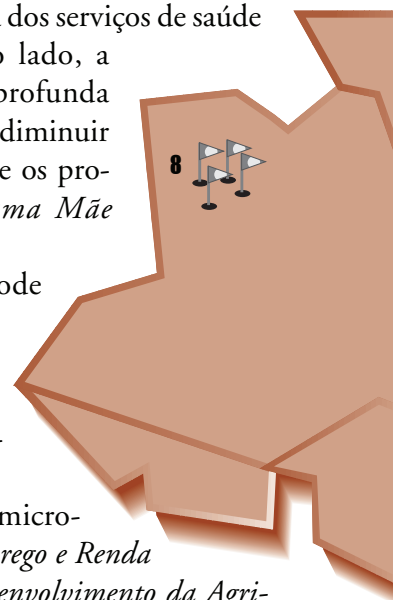
de). Nas aldeias Tupinikim e Guarani, de Aracruz-ES, a educação diferenciada está propiciando o resgate cultural daquelas comunidades (*Projeto de Educação Indígena Tupinikim e Guarani*).

A atuação cada vez mais próxima à realidade local também caracteriza iniciativas da área de saúde, a começar pelo *Programa UNI Londrina*. Nessa experiência, a aproximação entre a universidade, as organizações comunitárias e os serviços locais de saúde estimula mudanças em todo o ambiente social da região onde o Programa se desenvolve. Já em Pedras de Fogo-PB, o conhecimento sobre a realidade local, a partir da investigação sobre as causas dos óbitos de menores de um ano, inicia um processo de melhoria dos serviços de saúde (*Autópsia Verbal*). Em Curitiba, por outro lado, a melhoria desses serviços resultou de uma profunda reestruturação do sistema de saúde, visando a diminuir a mortalidade de mulheres e crianças durante os processos de gravidez e nascimento (*Programa Mãe Curitibana*).

Grande parte das iniciativas, como se pode ver, focaliza a área social, mas a questão do desenvolvimento econômico e da geração de emprego e renda também assume uma relevância cada vez maior entre as preocupações dos governos locais.

Eles atuam sobre essa questão fornecendo micro-crédito (*Fundo Municipal de Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol*, de Belém-PA, e *Fundo para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar*, de Pão de Açúcar-AL), atraindo indústrias (*Programa de Desenvolvimento Local de Piratí*), incentivando a formação de cooperativas, apoiando os pequenos produtores rurais, desenvolvendo o empreendedorismo popular, entre outras alternativas.

O apoio aos pequenos produtores rurais se dá pelo oferecimento de capacitação técnica, como na experiência do *Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento*, do Maranhão, ou pela implantação de infra-estrutura, como no caso dos projetos executados pelo município de Mossoró-RN (*Projeto Água Viva* e *Projeto Luz do Sol*). Neste município, a principal preocupação é garantir o abastecimento de água e de energia elétrica a comunidades rurais de uma região extremamente seca, mas as iniciativas acabam também viabilizando diversas atividades produtivas. O mesmo acontece em Quixeramobim-CE, onde a descoberta de água desafia a crença de que apenas os projetos de grande escala e custo elevado podem solucionar o problema da seca (*Projeto Pingo D'Água*).



MAPA DO BRASIL QUE FUNCIONA

ASSISTÊNCIA SOCIAL

- 1 - Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (PETI) – Três Lagoas (MS)
- 2 - Projeto Cidadão do Futuro – Lagarto (SE)

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

- 3 - Programa Família Cidadã – Amapá

CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS

- 4 - Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento (Cinpra) – Municípios do MA

DEFICIENTE

- 5 - Programa de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência (Padeff) – São Paulo

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E LOCAL EM BASES SUSTENTÁVEIS

- 6 - Manejo Participativo para Exploração Sustentável da Samambaia Silvestre – Ilha Comprida (SP)
- 7 - Programa de Desenvolvimento Local de Pirai (RJ)
- 8 - Projeto Arte Baniwa – Comunidades Baniwa da região do alto rio Içana, afluente do Rio Negro (AM)
- 9 - Projeto Castanha – Amapá

EDUCAÇÃO

- 10 - Programa Nazareno Verde – Nazareno (MG)
- 11 - Projeto de Educação Indígena Tupinikim e Guarani – Aracruz (ES)

FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA

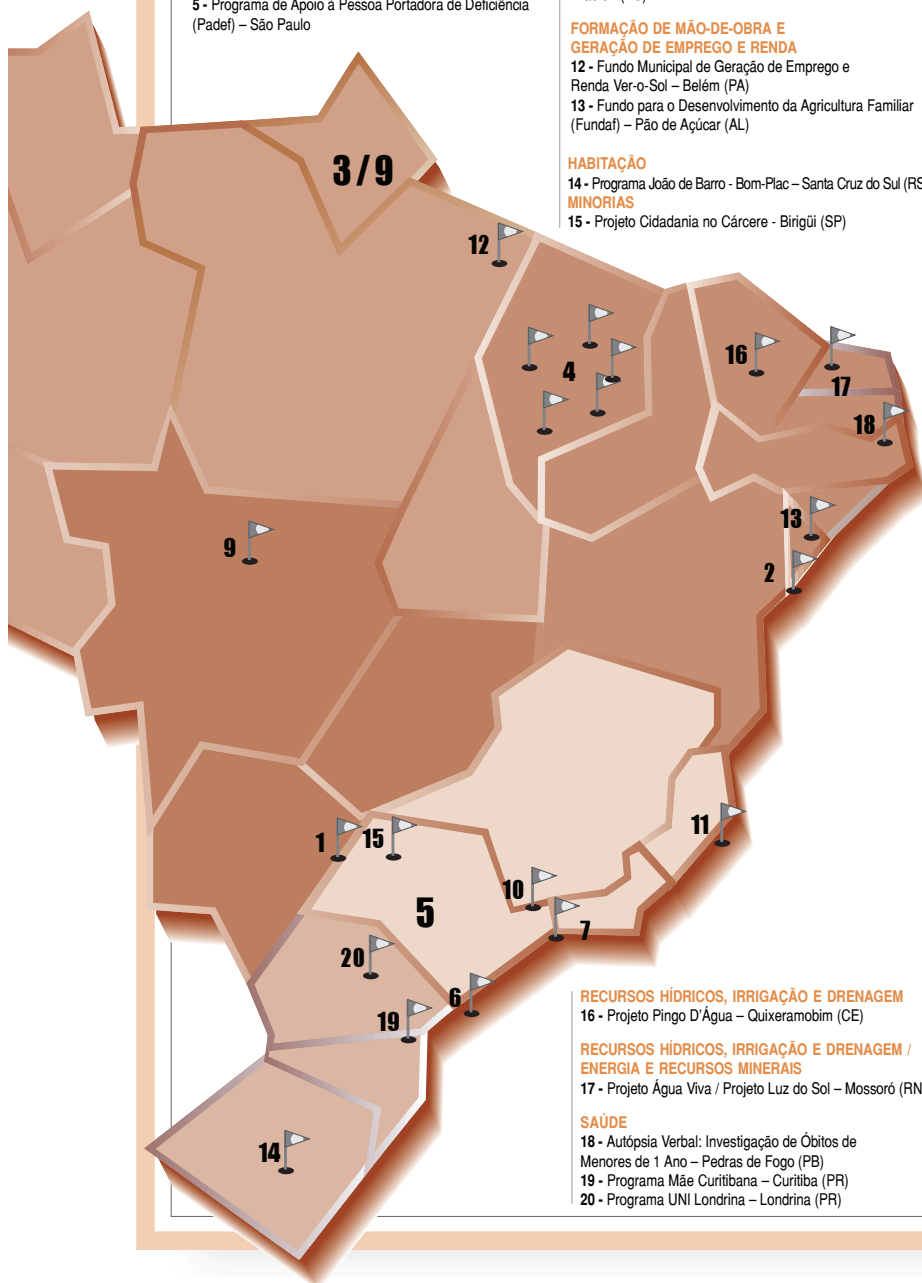
- 12 - Fundo Municipal de Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol – Belém (PA)
- 13 - Fundo para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Fundaf) – Pão de Açúcar (AL)

HABITAÇÃO

- 14 - Programa João de Barro - Bom-Plac – Santa Cruz do Sul (RS)

MINORIAS

- 15 - Projeto Cidadania no Cárcere - Birigüi (SP)



RECURSOS HÍDRICOS, IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

- 16 - Projeto Pingo D'Água – Quixeramobim (CE)

RECURSOS HÍDRICOS, IRRIGAÇÃO E DRENAGEM / ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

- 17 - Projeto Água Viva / Projeto Luz do Sol – Mossoró (RN)

SAÚDE

- 18 - Autópsia Verbal: Investigação de Óbitos de Menores de 1 Ano – Pedras de Fogo (PB)
- 19 - Programa Mãe Curitibana – Curitiba (PR)
- 20 - Programa UNI Londrina – Londrina (PR)

INTRODUÇÃO

A criatividade dos níveis subnacionais de governo prova ainda que é possível conciliar o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda e a preservação ambiental. A organização dos trabalhadores extrativistas em cooperativas serve bem a esse propósito, conforme demonstram a experiência de Ilha Comprida (*Manejo Participativo para Exploração Sustentável da Samambaia Silvestre*) e a dos castanheiros do Amapá (*Projeto Castanha*). Em ambos os casos, as cooperativas não só eliminaram a ação de atravessadores no comércio de produtos da floresta, como também agiram em favor de dois grandes ecossistemas brasileiros: a Mata Atlântica e a Amazônia. Também as comunidades Baniwa do alto rio Içana, no Amazonas, passaram a trabalhar de forma associativa e aumentaram os ganhos com a venda do seu artesanato (*Projeto Arte Baniwa*). Com essas iniciativas, o “desenvolvimento sustentável” deixa de ser uma expressão vazia e ganha uma dimensão palpável.

Finalmente, cumpre fazer uma ressalva: apesar de seu caráter criativo e inovador, os programas, projetos e atividades apresentados neste livro não representam exemplos a serem seguidos sem discussão nem adaptações à realidade de cada local. Nem mesmo pode-se dizer que atingiram o último estágio de sua evolução, como prova a rerepresentação do Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento entre os finalistas do Programa Gestão Pública e Cidadania, após ter ficado entre os 20 finalistas de 1999. Deve-se considerar, também, que a construção de uma experiência inovadora muitas vezes é um processo longo e difícil, permeado de avanços e recuos, que não dispensa a colaboração de outros níveis de governo nem a participação da sociedade civil. Afinal, é assim que as coisas funcionam no “Brasil que funciona”.

ELIZABETH LEEDS

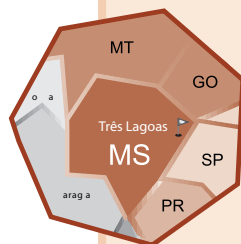
Assessora do Programa de Governo e
Sociedade Civil da Fundação Ford no Brasil

BEATRIZ AZEREDO

Diretora da Área Social do Banco Nacional
de Desenvolvimento Econômico e Social

PETER K. SPINK E MARTA FERREIRA SANTOS FARAH
Diretores do Programa Gestão Pública e Cidadania





PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI)

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Três Lagoas, MS

INSTITUIÇÃO:
Gerência Adjunta de Assistência Social,
Trabalho e Cidadania do Município

CONTATO:
Isabel Galvanin Guidio Fares

ENDEREÇO:
Av. Clodoaldo Garcia, 1332
Três Lagoas, MS
Cep 79630-010
(67) 521-7541

Da fumaça preta ao quadro negro

PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI)

Três Lagoas (MS) tirou crianças e adolescentes do trabalho nas carvoarias desde que se tornou um dos primeiros municípios a implementar este programa federal

Na década de 90 intensificaram-se as denúncias de ONGs e de organizações internacionais sobre o trabalho infantil nas carvoarias do Mato Grosso do Sul. No município de Três Lagoas, situado junto à fronteira com o Estado de São Paulo, a produção de carvão emprega grande parte da população rural, razão pela qual esse foi um dos municípios selecionados para implementação da experiência-piloto do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), em janeiro de 1997. O governo federal financia o Programa e fixa suas diretrizes, cabendo ao município a

complementação das verbas e o gerenciamento.

A fabricação de carvão se dá por meio da queima de madeira em fornos de barro. Os carvoeiros aspiram a fumaça misturada ao pó preto que sai da madeira queimada. Como consequência, muitos deles apresentam doenças respiratórias. Dada a agilidade das crianças para entrar e sair os fornos, sua mão-de-obra é bastante requisitada nesse trabalho.

Quando os donos das carvoarias se sentiram pressionados pela fiscalização, deixaram de contratar famílias com crianças.

O fato provocou o deslocamento da população rural para a cidade, onde já era comum encontrar crianças em atividade como flanelinhas, engraxates e catadores de lixo. Na cidade havia também o risco



de aumento da prostituição, conforme ocorrera nos municípios vizinhos, pois a região apresenta grande movimento de viajantes e de caminhoneiros rumo ao Estado de São Paulo ou a Campo Grande. Por isso, em 1999, o Programa foi reformulado e ampliado de modo a atender também crianças e adolescentes da zona urbana.

Hoje, são 300 crianças e adolescentes atendidos, sendo 197 da cidade e 103 da zona rural, o que corresponde a 5% das matrículas no ensino público fundamental. O Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil possui três eixos básicos de atuação: a escola, a Jornada Ampliada e o trabalho com as famílias. Elas recebem uma bolsa mensal para cada filho retirado do trabalho, no valor de R\$ 40,99 na zona urbana e R\$ 25,00 na zona rural. O pagamento da bolsa depende da frequência à escola e à jornada ampliada, que oferece às crianças e adolescentes reforço escolar, além de atividades esportivas, culturais, artísticas e de lazer. No dia do pagamento da bolsa, as mães assistem a palestras e recebem orientações da psicóloga e da assistente social.

PEDAGOGIA CONTRA A AGRESSIVIDADE

Atuando em parceria com o Exército e com a Associação Atlética do Banco do Brasil, que cedem espaços e equipamentos, o município conta ainda com uma proposta pedagógica para a educação não-

formal em programas socioeducativos. Tais programas beneficiam 1700 crianças e adolescentes, que também participam da jornada ampliada, mesmo que não estejam incluídos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

A proposta pedagógica surgiu a partir da constatação de que as crianças e adolescentes participantes da Jornada Ampliada mostravam-se agressivos, tendo constantes desavenças com educadores, funcionários e colegas. Muitos provêm de famílias desajustadas que, devido a privações e dificuldades, convivem com problemas de relacionamento, ausência da figura paterna, drogas, alcoolismo, violência sexual, etc. O trabalho dos educadores não estava conseguindo mudar o comportamento dessas crianças e adolescentes e a melhoria financeira temporária oferecida pelo Programa era incapaz de transformar a perspectiva de vida dos beneficiários.

A saída foi encontrada nas próprias diretrizes do Programa, segundo as quais a Jornada Ampliada deve funcionar em perfeita sintonia com a escola. Assim surgiu, em janeiro de 2001, o trabalho com o “Tema Gerador”. Em 2001, o tema é *Construção da Auto-Estima e Valorização Pessoal*. Nas aulas específicas sobre o Tema Gerador, desenvolvidas na Jornada Ampliada, a criança é orientada a se aceitar e a gostar de si mesma, buscando e com-



partilhando soluções para seus problemas pessoais e familiares. A promoção do autoconhecimento e da cidadania, a realização de atividades esportivas e a iniciação à informática proporcionam a abertura de perspectivas. Trabalha-se, inclusive, com a conscientização a respeito dos direitos e deveres da criança e do adolescente.

No núcleo onde se desenvolve a Jornada Ampliada para os beneficiários do Programa (os demais alunos ficam em outros núcleos), os educadores realizam palestras e dão orientação sobre assuntos como agressividade, gravidez, abuso sexual e drogas, com a presença dos pais. Com o trabalho orientado pelo Tema Gerador, diminuíram os problemas de relacionamento entre crianças, adolescentes, educadores e funcionários. As brigas entre alunos, antes corriqueiras, praticamente inexistem e, caso corram, há o pronto acompanhamento individualizado, como assistente social e psicóloga.

FECHANDO O CÍRCULO

Após quatro anos de implementação do Programa, o número de matrículas nas escolas cresceu e tornou-se raro ver crianças ou adolescentes pedindo dinheiro ou trabalhando em qualquer atividade. Outra conquista foi que, com o Programa, melhoraram as condições de trabalho nas carvoarias, não só pelo aumentada fiscalização como também pela conscientização dos empregados e dos empregadores em relação aos direitos trabalhistas e à infra-estrutura mínima para a realização de atividade insalubre.

No ano 2000, o orçamento do PETI Três Lagoas atingiu mais de R\$ 571 mil. A elevada participação do governo municipal nesse montante (69,2%) é uma das características que diferenciam Três Lagoas

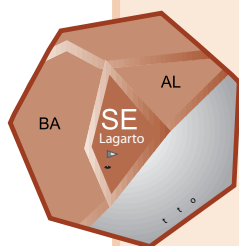


dos demais municípios onde o Programa é executado. Com um custo de R\$ 160,00 por mês para cada criança ou adolescente, a iniciativa consome 0,9% da receita orçamentária municipal. A contrapartida municipal financia, inclusive, o fornecimento de merenda tr-es vezes ao dia.

Durante as férias escolares, a assistência social do município oferece diversas atividades para as crianças da zona rural que fazem

parte do Programa. Essa etapa conta ainda com a parceria de comerciantes, empresas e profissionais liberais, por meio da prestação de atendimento médico-odontológico voluntário, doação de dinheiro, ingressos, roupas, calçados e alimentos.

A orientação da gerente de Qualidade de Vida, responsável pelas políticas sociais do Município, é “fechar o círculo”, isto é, acompanhar de maneira próxima e individualizada cada uma das famílias em situação de risco, evitando a todo custo que elas sejam novamente “empurradas” para o círculo vicioso da pobreza. Por conta disso, das 108 famílias atendidas pelo Programa na zona urbana, 30 também participam de outros programas sociais.



PROJETO CIDADÃO DO FUTURO

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Lagarto, SE

INSTITUIÇÃO:
Secretaria do Trabalho e
Ação Social do Município

CONTATO:
Thereza Angélica de Jesus Dias

ENDEREÇO:
Av. Contorno, 3921
Lagarto, SE
Cep 49400-000
(79) 631-9631

Nota zero para o trabalho infantil

PROJETO CIDADÃO DO FUTURO

Com a Jornada Ampliada, as crianças de Lagarto (SE) participam de várias atividades depois da aula e seus pais recebem dinheiro para mantê-las na escola

O município de Lagarto, segundo mais importante de Sergipe, tem quase 100 mil habitantes, dos quais 60% vivem na zona rural. É também na zona rural que se encontra a maior incidência de trabalho infantil, pois muitas crianças são obrigadas a trocar o estudo pela execução de tarefas na colheita de laranja, na roça, nas casas de farinha, etc. Para acabar com essa prática, a Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social de Lagarto desenvolve o Projeto Cidadão do Futuro, que faz parte do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), do governo federal.

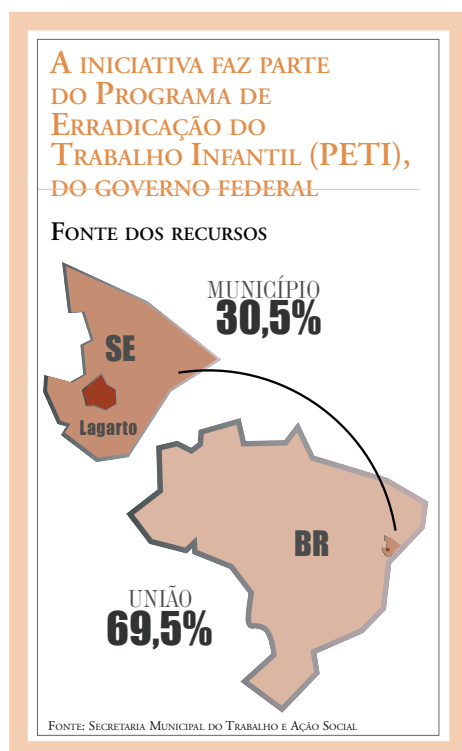
O Projeto beneficia crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, cujas famílias tenham renda *per capita* de até meio salário mínimo. A partir

do ano 2000, a iniciativa passou a incluir a zona urbana, onde também existe o trabalho infantil, embora com menor frequência. No total, são 1300 crianças beneficiadas em 16 povoados rurais e quatro

bairros da periferia urbana, o que corresponde a 7% da população lagartense de 7 a 14 anos e a 80% da clientela potencial do Projeto.

Quando não estão em sala de aula, as crianças participam de atividades educativas, desportivas e de lazer: é o que se chama de Jornada Ampliada. Além disso, o Projeto oferece assistência médica, odontológica, psicológica, jurídica, alimentar e habitacional às famílias beneficiárias.

Para participar, a família deve preencher um cadastro que é analisado e conferido pela equipe técnica do Projeto. As famílias selecionadas recebem uma bolsa por criança participante no valor de R\$ 40,00, se residente na zona urbana, e de R\$ 25,00, caso esteja na zona rural. O pagamento é feito nas agências do Banco do Brasil em nome das mães e depende da frequência das crianças e adolescentes à Jornada Ampliada. Se a criança ou adolescente apresentar três faltas consecutivas, os pais são convocados pela escola.



criança participante no valor de R\$ 40,00, se residente na zona urbana, e de R\$ 25,00, caso esteja na zona rural. O pagamento é feito nas agências do Banco do Brasil em nome das mães e depende da frequência das crianças e adolescentes à Jornada Ampliada. Se a criança ou adolescente apresentar três faltas consecutivas, os pais são convocados pela escola.

DEPOIS DA AULA, ALÉM DA ESCOLA

A Jornada Ampliada tem quatro horas diárias, das 8 às 12 horas ou das 13 às 17, funcionando inclusive durante as férias escolares, a fim de impedir que as crianças voltem ao trabalho sazonal. Em Lagarto, há doze unidades onde se desenvolve a Jornada Ampliada, sendo 10 na zona rural e duas na zona urbana. O número de crianças por unidade varia entre 25 e 250.

As atividades dividem-se em dois momentos: as duas primeiras horas são de orientação de estudo, quando as crianças fazem seus deveres e tiram dúvidas sobre o que estão aprendendo na escola. Em seguida,

praticam esportes e desenvolvem habilidades manuais: desenham, pintam em cerâmica, fazem dobradura, constroem instrumentos musicais com sucata, produzem almofadas e bonecas de tecido, bordam panos de prato, fazem porta-retratos com papel, etc. Em uma das unidades do Projeto há uma banda de música; em outra, há um grupo de capoeira e um pelotão infantil, apadrinhado pelo quartel de Exército. Grupos de dança e de teatro também são freqüentes. Campeonatos e gincanas desportivas entre as diferentes unidades são promovidos anualmente. As crianças participam, ainda, de desfiles cívicos, do carnaval fora de época e de diversos eventos oficiais, representando o Projeto.

A iniciativa oferece também o transporte dos alunos e uma refeição que, juntamente com a merenda escolar, combate a desnutrição. A equipe do Projeto estuda a possibilidade de as crianças e suas mães cultivarem hortas na escola, tanto como forma de desenvolver uma nova atividade e aprender determinadas técnicas, como para enriquecer o cardápio da merenda.

Mensalmente, a equipe do Projeto se reúne com as famílias. Nessas ocasiões, são discutidos assuntos escolhidos pela comunidade, que aproveita para apresentar suas demandas, críticas e sugestões. Ainda nas reuniões, a psicóloga do Projeto procura detectar problemas familiares, oferece acompanhamento e faz encaminhamentos para a assessoria jurídica, a fim de solucionar pendências relativas a pensões alimentícias, por exemplo. Além disso, várias atividades socioeducativas são realizadas, como as palestras sobre saúde e higiene, as oficinas culturais e o incentivo à formação de grupos de geração de emprego e renda.

— ■ —
A Jornada Ampliada tem quatro horas diárias, funcionando inclusive durante as férias escolares, para impedir que as crianças voltem ao trabalho
— ■ —

A SOCIEDADE SE MOBILIZA


Como parte do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do governo federal, a iniciativa recebe recursos do Ministério da Previdência e Assistência Social, que repassa à Prefeitura de Lagarto R\$ 20,00 e R\$ 10,00 *per capita*, para a execução da Jornada Ampliada nas zonas rural e urbana, respectivamente. O Ministério também repassa a verba para o pagamento das bolsas às famílias.

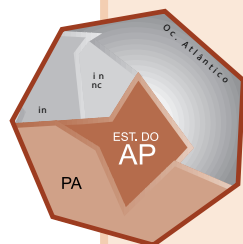
O gasto anual com o Projeto Cidadão do Futuro é da ordem de R\$ 397.000,00. Desse montante, R\$ 121.000,00, provém do município e R\$ 276.000,00 do governo federal. O governo do Estado, por sua vez, coordena o repasse para o município dos recursos destinados às famílias, além de promover cursos de capacitação e liberar recursos humanos para o Projeto. Responsável por planejar e executar as ações, o governo municipal ainda fornece transporte, espaço físico, funcionários e equipamentos.



Foi constituída uma Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Infantil, com a finalidade de supervisionar, fiscalizar e avaliar o Projeto. Dela participam membros da coordenação do Projeto, da sociedade civil, do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, do Conselho Municipal de Assistência Social, da Delegacia Regional do Trabalho e da Secretaria Estadual de Ação Social. Além disso, as coordenadoras do Projeto participam do Fórum Estadual e do Seminário Regional para a Erradicação do Trabalho Infantil, o que propicia a troca de experiências e a divulgação das atividades realizadas.

A Secretaria de Ação Social, órgão executor do Projeto Cidadão do Futuro, estabeleceu várias parcerias: com as Secretarias Municipais de Saúde e de Educação, com os Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente e de Segurança, com as associações de moradores e com o quartel do Exército no município. Também o Sindicato de Trabalhadores Rurais coopera com o Projeto, sensibilizando a comunidade e atuando na prevenção do trabalho infantil.

Atualmente, das crianças atendidas pelo Projeto Cidadão do Futuro, nenhuma trabalha ou está fora da escola. Melhoraram as condições de saúde e reduziu-se o número de acidentes e problemas de saúde relacionados ao trabalho. Além disso, a garantia de duas refeições diárias, a merenda escolar e a da Jornada Ampliada, reduziu a desnutrição. Finalmente, outro ponto merece destaque: a taxa de pais inseridos em programas de escolarização e de alfabetização para adultos chega a 50%. 



**PROGRAMA
FAMÍLIA
CIDADÃ**

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Estado do Amapá

INSTITUIÇÃO:
Secretaria de Planejamento do Estado

CONTATO:
José Ramalho de Oliveira

ENDEREÇO:
Av. FAB, 83 – Seplan
Macapá, AP
Cep 68900-600
(96) 212-4121

A rede contra a exclusão

PROGRAMA FAMÍLIA CIDADÃ

No Amapá, famílias pobres que mantêm os filhos na escola ganham meio salário mínimo por mês e são beneficiadas por diversas ações para sair da pobreza

Com o objetivo de impedir que famílias pobres tirem as crianças da escola para colocá-las no trabalho, o governo do Amapá contempla essas famílias com o pagamento de meio salário mínimo por mês. Trata-se de uma política executada por diversas prefeituras e governos estaduais em todo o Brasil e recentemente adotada também pelo governo federal, que implantou programas semelhantes. No Amapá, entretanto, várias outras ações foram adicionadas à iniciativa, dando-lhe características locais. Afinal, o Programa Família Cidadã, criado pelo Estado em

janeiro de 2000, pretende não apenas garantir a frequência das crianças à escola, mas também propiciar condições para que seus pais melhorem de vida.

Por isso, a rede de serviços do governo estadual trabalha de forma integrada, encaminhando as famílias para cursos de alfabetização, capacitação e qualificação profissional, exigindo seu comparecimento às campanhas de vacinação e em palestras sobre saúde e providenciando-lhes a emissão de documentos, entre outras atividades. Atuando em parceria com associações de bairros, grupos de mulheres e outras entidades da sociedade civil há um extenso conjunto de órgãos públicos – como a Fundação da Criança e do Adolescente, a Agência de Promoção da Cidadania, o Centro de Formação de Recursos Humanos do Estado (CEFORH), a Polícia Técnica; o Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá, o Corpo de Bombeiros e

Defesa Civil, a Vara da Infância da Promotoria Pública, diversas prefeituras e várias secretarias estaduais.

Para coordenar e fiscalizar a atuação de todas as entidades e órgãos envolvidos, o Programa Família Cidadã dispõe de uma estrutura descentralizada de gerenciamento. A Gerência Geral, vinculada à Secretaria de Planejamento, responde diretamente pelo funcionamento do Programa

nos municípios de Macapá e Santana. Nos demais municípios, a Gerência Geral delega essa tarefa para as coordenações locais, fiscalizadas por comissões que contam com a participação de órgãos do governo e de entidades da sociedade civil. Em todo o Estado, não mais do que 67 pessoas trabalham no Programa.



TRANSPORTE GRATUITO E “ATENDIMENTO VIP”

Dados de 1999 do IBGE apontavam a existência de quase 43 mil famílias sobrevivendo com menos de um salário mínimo por mês no Amapá. Em julho de 2001, o Programa Família Cidadã beneficiava mais de 6800 dessas famílias, com um orçamento de R\$ 9,5 milhões. A meta do governo estadual é atingir 20 mil famílias até o final

do ano de 2002, quando o Programa contará com uma verba de R\$ 14 milhões. São priorizadas as famílias monoparentais ou que apresentem o menor nível de renda e o maior número de filhos na escola. Identificadas a partir de regiões consideradas bolsões de pobreza, tais famílias são cadastradas e recebem a visita de técnicos do Programa. As instituições e órgãos parceiros da iniciativa também colaboram para a identificação de possíveis beneficiários.

As mulheres destacam-se entre o público atendido pela experiência, porque o pagamento da bolsa prioriza as mães com filhos na escola. Essa característica do Programa possibilita significativos avanços no que se refere à condição feminina.

Com o dinheiro que recebem do governo, elas tornam-se menos dependentes dos maridos, investem na reforma de suas casas e na compra de eletrodomésticos, conseguem crédito no comércio local e vislumbram pequenos empreendimentos que lhes propiciem a autonomia financeira. Parte significativa das

mulheres atendidas são Parteiras Tradicionais, que foram incorporadas ao Programa como uma forma de reconhecimento do Estado pela importância dos serviços que elas prestam à comunidade. Nas áreas rurais, indígenas, extrativistas e ribeirinhas do Amapá, é comum as mulheres darem à luz em casa, contando com a ajuda imprescindível das parteiras.

Além de ser majoritariamente feminino, o público do Programa é composto por grande número de pessoas que habitam povoados distantes dos centros urbanos, enfrentam dificuldades para chegar aos locais de pagamento e, em alguns casos, não sabem como lidar com as práticas bancárias. Procurando facilitar o acesso de tais pessoas aos benefícios, o Programa negociou com diversos parceiros e colaboradores um atendimento especial para sua clientela. Graças a essa negociação, nos dias de pagamento da bolsa os beneficiários do Programa têm direito à passagem gratuita no trem que vai da Serra do Navio a Porto Novo e contam com barcos especiais que partem das comunidades ribeirinhas em direção a Macapá, também com passagem gratuita. Além disso, recebem um atendimento diferenciado nas agências da Caixa Econômica Federal, com direi-

—■—
As mulheres destacam-se
entre o público atendido
pela experiência, o que
possibilita significativos
avanços no que se refere
à condição feminina
—■—

to a cartão magnético, lanche, horário alternativo, caixa separado para os analfabetos e o uso de uma tinta especial, que não suja os dedos na hora de colocar a impressão digital.

UM CASO DE SEDUÇÃO

É possível que o número de analfabetos diminua rapidamente no Amapá, devido ao encaminhamento dos beneficiários para cursos de alfabetização e de qualificação profissional. Além disso, o acompanhamento da frequência escolar das crianças, possibilitado pela articulação entre a Secretaria Estadual, as secretarias municipais de educação e as escolas, aponta para o rompimento do círculo vicioso que leva da pobreza à falta de instrução e vice-versa.

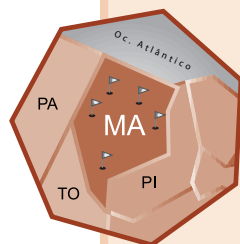
O aumento da frequência à escola foi acompanhado, de acordo com pesquisas realizadas pela equipe do Família Cidadã, por uma elevação dos índices de vacinação e do percentual de mulheres que fizeram exames preventivos. O impacto da experiência deve chegar também à economia regional, por meio dos mecanismos que incen-

tivam a geração de renda por parte dos beneficiários. Uma vez identificado o “perfil produtivo” de cada grupo familiar, o Programa oferece formação técnica, apóia a procura de mercados para os seus produtos, etc. Se for o caso, o Programa induz a família a mudar de atividade, a fim de aumentar suas possibilidades de sucesso no mercado.

Tal flexibilidade seria impossível sem o efetivo envolvimento dos parceiros do Pro-



grama em todo o leque de ações que ele desenvolve. Assim, cabe ao Família Cidadã o gerenciamento e a coordenação de um conjunto de atividades executadas por diversos órgãos públicos e organizações não-governamentais. Isso mostra o apoio conseguido pela iniciativa dentro e fora do governo estadual. “É um verdadeiro caso de sedução”, diz a gerente-geral do Programa, Elliane Gomes. “No início, é necessário quebrar as resistências, depois é só paixão...”



CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO (CINPRA)

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
16 municípios do Estado do Maranhão

INSTITUIÇÃO:
Consórcio Intermunicipal de
Produção e Abastecimento

CONTATO:
Léo Costa

ENDEREÇO:
Av. Cel. Colares Moreira, 150
São Luís, MA
Cep 65075-441
(98) 227-2317

Um mutirão em crescimento

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE PRODUÇÃO
E ABASTECIMENTO (CINPRA)

Municípios maranhenses se unem para apoiar a produção rural, numa iniciativa que chega pela segunda vez entre os finalistas do Programa Gestão Pública e Cidadania

Embora tenha muitas terras disponíveis para a agricultura, água em grande quantidade e um enorme contingente populacional que vive das atividades agrícolas, o Maranhão ainda importa de outros Estados mais de 80% dos hortifrutigranjeiros que abastecem sua capital. Foi para superar essa dependência que a prefeitura de São Luís criou, em outubro de 1997, uma associação com 13 municípios de seu entorno: o Consórcio Intermunicipal de Produção e Abastecimento (Cinpra). A iniciativa também tem por objetivo

garantir o fornecimento de assistência técnica para os pequenos produtores rurais, facilitar-lhes o acesso ao crédito e implantar projetos de geração de renda no campo. Trata-se, enfim, de combater a pobreza num Estado que apresenta um dos mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH) do país.

A experiência foi uma das 20 finalistas do ciclo de premiação de 1999 do Programa Gestão Pública e Cidadania. O regulamento do Programa permite que as iniciativas voltem a se inscrever caso tenham avançado e o Cinpra decidiu participar outra vez, mostrando

o seu crescimento e suas novas atividades.

— ■ —
O Consórcio surgiu como uma reação ao fechamento de órgãos públicos que prestavam assistência técnica aos produtores rurais
— ■ —

O Consórcio surgiu como uma reação ao fechamento de órgãos públicos que prestavam assistência técnica aos produtores rurais: a Embrater, em nível federal, a Emater e a Emapa, em nível estadual. Da estrutura oficial de apoio técnico ao ho-

mem do campo, restara apenas a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), cujo centro de pesquisas mais próximo do Maranhão localiza-se no Estado vizinho, em Teresina (PI).

Assim, os agricultores maranhenses, principalmente os pequenos e médios, estavam virtualmente desprovidos do acesso a novas técnicas de produção. Também não dispunham de informações sobre outras plantas que pudessem se adaptar às condições locais, mantendo-se presos às culturas tradicionais, utilizando métodos ultrapassados e colhendo apenas o suficiente para a própria subsistência.

— ■ ■ —
“AGENTES COMUNITÁRIOS DE PRODUÇÃO”

Para mudar tal situação, o Cinpra começou por firmar convênios com os diversos centros de pesquisa da Embrapa espalhados pelo país. Tais centros trabalham de forma especializada: cada um deles pesquisa uma determinada área da agricultura ou da pecuária. Tendo em vista o aumento da produção de castanha de caju, por exemplo, o Cinpra recorreu ao Centro de Pesquisas Agroindustriais Tropicais da Embrapa, situado em Fortaleza. A fim de melhorar a produtividade da mandioca, ingrediente fundamental da dieta alimentar maranhense, o Cinpra pediu ajuda à Embrapa de Cruz das Almas (BA), que há vários anos

estuda essa raiz. Outro convênio foi firmado com o Centro de Raízes e Amidos Tropicais (Cerat), ligado ao campus de Botucatu da Universidade Estadual Paulista (Unesp). Já o Centro Nacional de Pesquisas de Hortaliças, sediado em Brasília, ajudou o Cinpra a promover o cultivo de verduras, com a difusão de novas variedades e de modernas técnicas de plantio. Na área da caprinocultura-ovinocultura, o Consórcio procurou a Embrapa Meio Norte, sediada em Teresina (PI) e o Centro de Pesquisas em Caprinocultura-Ovinocultura da empresa, localizado em Sobral (CE).

Em todos esses casos, técnicos da Embrapa passaram a visitar regularmente os municípios consorciados, oferecendo cursos para os produtores e avaliando as condições de produção. Desenvolver tais atividades – trazendo agrônomos e veterinários de outros Estados – seria praticamente impossível se cada prefeitura contasse apenas com seu magro orçamento. Alguns municípios nem possuíam secretaria de agricultura ou, quando tinham, não lhe davam importância. A solução foi realizar o trabalho por intermédio do Cinpra, para o qual cada prefeitura contribui mensalmente com 0,5% da verba que recebe do Fundo de Participação dos Municípios.

O Consórcio não se limitou ao oferecimento de cursos e de assessoria técnica. Promovendo a aproximação entre governos municipais e produtores rurais, de um lado, Banco do Nordeste e demais instituições de financiamento, de outro, o Cinpra facilitou o acesso ao crédito por parte dos pequenos produtores. Para isso, algumas prefeituras passaram a fornecer o aval necessário à obtenção dos empréstimos por parte desses produtores (que geralmente não dispõem de títulos de propriedade para oferecer como garantia), viabilizando a implantação de diversos empreendimentos.

O Cinpra também se preocupou com a disseminação do conhecimento, auxiliando os municípios de Viana e de São João Batista a criarem os “agentes comunitários de produção” Contratados por essas prefeituras entre os membros da própria comunidade, os agentes se encarregam de orientar os produtores nas tarefas do dia-a-dia, ajudando-os a melhorar a produtividade de lavouras e rebanhos.

— ■ —

Técnicos da Embrapa passaram a visitar regularmente os municípios consorciados, oferecendo cursos para os produtores e avaliando as condições de produção

— ■ —

A IDÉIA SE ESPALHA

Entre as iniciativas que o Consórcio pôs em prática depois de 1999, quando foi premiado pelo Programa Gestão Pública e Cidadania, destaca-se a Casa Familiar Rural, uma idéia que o Cinpra trouxe da Europa. A Casa é um centro de formação de empreendedores rurais, onde jovens de 14 a 20 anos aprendem o conteúdo do ensino fundamental (5^a. a 8^a. séries) juntamente com disciplinas relativas à atividade agropecuária. Funciona com base na pedagogia da alternância: os alunos permanecem duas semanas na escola e duas semanas em suas propriedades rurais (ou em projetos agrícolas, empresas agropecuárias, etc.), aplicando o que aprenderam.

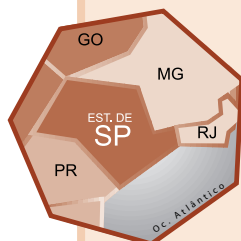
O trabalho do Cinpra ainda aparece como um componente fundamental em projetos de avicultura, piscicultura, citricultura, fruticultura e no cultivo de flores tropicais, seja por meio do oferecimento de cursos, seja pelo fornecimento de assistência técnica ou

ainda pela articulação para que fossem obtidos os recursos necessários à viabilização dos empreendimentos. Sua rede de parceiros também cresceu, passando a incluir, entre outros, o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar do Ministério da Agricultura (Pronaf), a Uni-

versidade Estadual do Maranhão, a indústria de alumínio Alumar, as associações de produtores rurais e as Gerências Regionais do governo do Maranhão.

Reconhecendo a importância do Consórcio, outras regiões copiaram a experiência, dentro e fora do Estado. Em agosto de 2001, 50 dos 217 municípios maranhenses estavam organizados em cinco consórcios de apoio à produção rural. Um sexto grupo estava se formando no Piauí, pelos municípios do entorno de Teresina. Em breve, será criada a Federação de Consórcios de Produção e Abastecimento do Maranhão, a primeira do gênero no país. ■

Outras regiões copiaram a experiência e, em breve, será criada a Federação de Consórcios de Produção e Abastecimento do Maranhão, a primeira do país



PROGRAMA DE APOIO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – PADEF

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Estado de São Paulo

INSTITUIÇÃO:
Secretaria Estadual de Emprego
e Relações do Trabalho

CONTATO:
Maria Aparecida de Carvalho

ENDEREÇO:
Rua Helvétia, 55
São Paulo, SP
Cep 01215-010
(11) 3361-6500

O direito de ir à luta

PROGRAMA DE APOIO À PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – PADEF

Iniciativa do governo paulista procura derrubar os preconceitos e ajudar os portadores de deficiência a encontrar emprego

Entre as várias formas de exclusão social a que estão submetidos os portadores de deficiência, talvez a pior seja a exclusão do mercado de trabalho, porque compromete a autonomia e dificulta a sobrevivência dessas pessoas. Mesmo com a existência de uma lei federal (8213/91) que há dez anos obriga as empresas com mais de 100 funcionários a contratarem portadores de deficiência, ainda falta muito para que eles conquistem esse direito. O Programa de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência (PadeF), do governo do Estado de São Paulo, atua exatamente nessa área.

Criado em 1995, pela Secretaria de Emprego e Relações do Tra-

balho, o Programa busca oportunidades de emprego e faz a intermediação entre a procura e a oferta de vagas para os portadores de deficiência. A iniciativa também agiliza o acesso para os demais serviços da Secretaria, como a emissão de carteiras de trabalho, o pagamento do seguro-desemprego e os programas de qualificação e requalificação profissional.

Antes da criação do Programa, os portadores de deficiência eram atendidos numa sala separada do atendimento às demais pessoas. Além de promover uma forma de segregação, esse sistema era ineficiente: 80% dos portadores de deficiência encaminhados e contratados perdiam o emprego antes de completarem o período de experiência de três meses.

— ■ —

Antes do Programa, 80% dos portadores de deficiência encaminhados e contratados perdiam o emprego durante o período de experiência

— ■ —

80% dos portadores de deficiência encaminhados e contratados perdiam o emprego antes de completarem o período de experiência de três meses. A mudança implementada pela Secretaria começou com a contratação da assessoria feita pela organização não-governamental Sorri Brasil, que há 16

anos desenvolve um trabalho voltado para a inclusão social dos portadores de deficiência. Na época, a Secretaria também estava ampliando a informatização e a integração de seus processos internos, o que muito facilitou a implementação do Padef.

Atualmente, os portadores de deficiência que procuram emprego são atendidos junto com o restante do público e encontram todos os serviços da Secretaria agrupados num mesmo lugar: os postos do Poupatempo, centros informatizados de atendimento ao cidadão que reúnem diversas autarquias da administração estadual. As informações sobre os candidatos ficam armazenadas em um banco de dados, assim como os requisitos para o preenchimento das vagas. A partir do cruzamento dessas informações, faz-se o encaminhamento para as empresas. Sempre que possível, as avaliações, entrevistas e orientações acontecem no mesmo dia e local.

— ■ ■ —

DA ORIENTAÇÃO AO ACOMPANHAMENTO

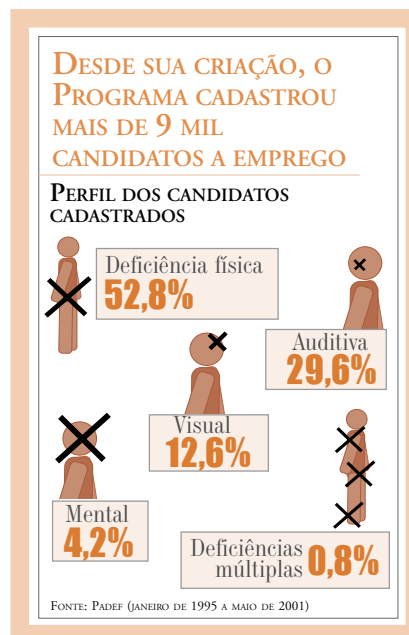
O Programa inclui ainda três tipos de ações: a avaliação dos candidatos, a fim de descobrir suas habilidades e seu potencial profissional; a orientação sobre o mercado de trabalho e a sensibilização dos empresários quanto à capacidade das pessoas portadores de de-

ficiência, visando à ampliação das oportunidades de emprego para esse público.

Alguns dos principais obstáculos que o Programa busca enfrentar são, por um lado, a falta de qualificação profissional dos portadores de deficiência e, por outro, a resistência dos empregadores em adaptar os locais de trabalho. A falta de qualificação é uma preocupação comum a todos os trabalhadores brasileiros, dado o déficit educacional da população frente às atuais exigências das empresas. Para os portadores de deficiência, porém, o problema é ainda mais frequente porque, em geral, eles sofreram um processo de exclusão também no sistema de ensino. Por isso, o Padef incentiva os candidatos a emprego para que retomem ou continuem os estudos e, a cada atualização dos dados sobre o candidato, a equipe técnica do Programa indaga se ele permanece estudando.

No que se refere às empresas, a atuação do Padef inclui a divulgação da Lei 8213/91, que ainda é pouco respeitada. Entretanto, o Programa não age de forma coercitiva para exigir o cumprimento da Lei, porque isso poderia prejudicar ainda mais os portadores de deficiência, impedindo o reconhecimento de suas potencialidades e condenando-os a um processo de segregação dentro do ambiente de trabalho. Ao invés da coerção, o Padef volta-se para a sensibilização das pessoas e para a derrubada dos preconceitos. A condição dos portadores de deficiência também não é utilizada como argumento para se obter uma contratação motivada pelo sentimento de piedade. A estratégia é tornar o processo de seleção o mais próximo possível do que se aplica aos demais trabalhadores, partindo das competências e habilidades demonstradas pelo candidato ao emprego.

Caso o candidato seja contratado, o Programa procura garantir sua permanência no emprego, fazendo um acompanhamento durante o período de experiência. Nessa fase, a equipe do Padef visita periodicamente as empresas e orienta os empregadores quanto à adaptação do novo funcionário.



UMA NOVA ATITUDE

O Padef conta com uma ampla rede de parcerias junto a órgãos públicos e organizações da sociedade civil. Entre os órgãos públicos estão: Ministério Público do Trabalho, INSS, Conselho Estadual para Assuntos da Pessoa Portadora de Deficiência, Ministério do Trabalho e Emprego, Estação Especial da Lapa e Secretaria de Estado da Saúde. As entidades da sociedade civil com as quais o Programa mantém alianças ou parcerias são: Sorri Brasil, Entre Amigos – Rede de Informação sobre Deficiência, Associação de Deficientes Visuais e Amigos, Portal Deficiente Visual e Centro de Integração Empresa-Escola.

Com o apoio dessas instituições, o Padef encaminhou às empresas 4743 candidatos portadores de deficiência, entre 1995 e maio de 2001, em 80 municípios do Estado de São Paulo. No mesmo período, 1542 candidatos foram admitidos, alguns dos quais pela própria Secretaria de Emprego e Relações de Trabalho. O resultado da iniciativa, contudo, não é demonstrado apenas pelos números e sim pela mu-

A equipe do Programa visita periodicamente as empresas e orienta os empregadores quanto à adaptação do novo funcionário

dança no comportamento dos candidatos e dos empregadores. Os primeiros mostram-se cada vez mais conscientes sobre a importância de elevar seu nível de escolaridade e investir na própria qualificação profissional. Da parte dos empresários, nota-se uma postura mais inclusiva.

Em certos casos, a contratação de portadores de deficiência melhorou o relacionamento entre a empresa e todos os seus empregados, mesmo os não portadores de deficiência. Os funcionários dessas empresas colaboram para a integração dos contratados e, algumas vezes, indicam o Padef para outras empresas. O acompanhamento realizado pelo Programa durante o período de experiência contribui bastante para essa receptividade.

O impacto do Programa pode ser avaliado ainda pela repercussão que ele alcançou junto a outras organizações, como o Sistema Nacional de Empregos (Sine), agências de emprego, consultorias de recursos humanos, cooperativas, etc. Tais organizações consideram o Padef como uma referência no atendimento aos portadores de deficiência que querem participar do mercado de trabalho.



**MANEJO PARTICIPATIVO
PARA EXPLORAÇÃO
SUSTENTÁVEL DA
SAMAMBAIA SILVESTRE**

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Ilha Comprida, SP

INSTITUIÇÃO:
Prefeitura de Ilha Comprida

CONTATO:
Décio José Ventura

ENDEREÇO:
Av. Beira Mar, 11.000
Ilha Comprida, SP
Cep 11925-000
(13) 6842-1011

Proteção ambiental e inclusão social

MANEJO PARTICIPATIVO PARA EXPLORAÇÃO
SUSTENTÁVEL DA SAMAMBAIA SILVESTRE

Programa da prefeitura de Ilha Comprida (SP) preserva espécies vegetais e, ao mesmo tempo, gera renda para quem depende da exploração dessas plantas

Ilha Comprida é um município com pouco mais de nove anos de existência localizado a 200 km de São Paulo, no litoral sul do Estado, numa Área de Proteção Ambiental (APA). Até recentemente, uma parcela de sua população trabalhava na clandestinidade, extraindo e vendendo a samambaia silvestre, espécie protegida pelas leis ambientais. São famílias de baixa renda, que residem longe dos núcleos urbanos e que têm o comércio de samambaia como principal fonte de renda.

Com a proibição da atividade, os extratores tinham de se sujeitar aos atravessadores clandestinos que, em troca da planta, repassavam-lhes ínfimas quantias em dinheiro. Às vezes, os extratores nem mesmo recebiam o pagamento, pois os atravessadores alegavam que a mercadoria fora apreendida pela Polícia Florestal.

Diante de tais dificuldades, as famílias que viviam da extração de samambaia silvestre começaram a procurar a Prefeitura de Ilha Comprida em busca de auxílio. Ficavam na dependência do Departamento

— ■ —

Para enfrentar a concorrência com a extração ilegal, a Associação aposta na qualidade do seu produto, mesmo que isso determine um preço mais alto

— ■ —

do Bem-Estar Social da Prefeitura para obter cestas básicas, remédios e outros itens.

A fim de resgatar a dignidade dessas pessoas, o governo municipal iniciou o programa Manejo Participativo para Exploração Sustentável da Samambaia Silvestre. O programa começou a ser desenvolvido no ano de 1997, em parceria com a

Universidade Federal de Santa Catarina, o Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais (DEPRN), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e organizações não-governamentais. A iniciativa se insere num conjunto de ações municipais voltadas para o melhor aproveitamento dos recursos naturais da ilha e a geração de renda para famílias pobres. Também fazem parte dessas ações programas de educação ambiental para os professores e alunos das escolas públicas e para a população em geral.

A prefeitura fez um cadastro dos extratores de samambaia do município. Técnicos da Universidade Federal de Santa Catarina escolheram quatro áreas da ilha e, em cada uma, estabeleceram três lotes de observação onde a samambaia seria manuseada – em um lote pelos técnicos, em outro pelos extratores e, em um terceiro, pelos dois grupos. Constatou-se que o lote explorado pelos extratores tradicionais se recuperou rapidamente e que as folhas renasceram mais fortes, provando que sua maneira de exploração, além de não determinar a extinção da espécie, ainda propiciava a melhoria das folhas. Os estudos realizados pela Universidade e a experiência dos extratores levaram à elaboração do Plano de Manejo da Espécie.

AS REGRAS QUE GARANTEM A SUSTENTABILIDADE

Um pouco mais tarde, quando se formou a Associação dos Manejadores das Plantas Nativas da Ilha Comprida (AMPIC), o Plano de Manejo possibilitou que a entidade obtivesse do DEPRN a licença para a exploração da samambaia silvestre no município. A Associação estabeleceu regras para seus sócios e, em parceria com a prefeitura, cuida da extração ordenada da espécie, da comercialização e do repasse de recursos às famílias associadas. Os membros da entidade, que tem cerca de 90 extratores cadastrados, auxiliam os órgãos ambientais na fiscalização da atividade, para evitar a ação clandestina de outros extratores, que podem dizimar a espécie.

Pelas regras da Associação, baseadas no Plano de Manejo, cada associado pode cortar até 11.600 folhas de samambaia por mês. Na mata, os extratores também precisam seguir algumas regras: não podem colher as folhas com pintas pretas (esporos), nem as que não estejam “maduras” (com 20 a 25 cm de comprimento e um verde intenso). Além disso, precisam cortar a samambaia de um modo que não quebre o broto nem arranque a raiz, trabalhar apenas onde há maior quantidade de folhas e respeitar a época do ano em que a extração é proibida (período de defeso), a fim de se garantir a manutenção da espécie. O descumprimento dessas regras leva à expulsão do associado e impede que ele continue a exercer a atividade, já que ninguém pode explorar a samambaia silvestre no município se não tiver a carteirinha da Associação.

A entidade estabeleceu o preço da samambaia e cada membro recebe de acordo com a sua produção. Antes do programa, a mala de samambaia (um feixe de 60 folhas) era vendida a R\$ 0,80. Agora o preço é R\$ 1,30 e a diferença (R\$ 0,50) vai para um fundo de reserva, repassado aos extratores no período em que a extração da samambaia é proibida. Para enfrentar a concorrência com a extração ilegal, a Associação aposta na qualidade do seu produto, mesmo que isso determine um preço mais alto do que o oferecido pelos extratores clandestinos.

A samambaia vendida pela Associação encontra compradores até em outros Estados, devido à sua beleza e durabilidade

SOLUÇÃO PARA OUTROS MUNICÍPIOS


A estratégia parece ter funcionado, pois a samambaia vendida pela Associação encontra compradores até em outros Estados, devido à sua beleza e durabilidade. A prefeitura agora quer criar uma central de comercialização da produção de plantas nativas, que será administrada em conjunto com a Associação. Por enquanto, a samambaia silvestre é comercializada nas Centrais de Abastecimento de Campinas e de São Paulo.

Embora tenha exercido papel fundamental na implementação do programa, inclusive autorizando a exploração da samambaia nas áreas de propriedade do município, a prefeitura de Ilha Comprida pretende se desvincular aos poucos do processo, por entender que o gerenciamento e a administração devem ser feitos pelos membros da própria AMPIC. Por isso, ainda faz parte dos objetivos do programa a legalização da categoria, a fim de que eles possam contribuir para o

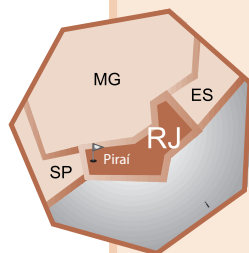
INSS e ter direito à aposentadoria, à licença maternidade, etc.

Em dois anos, o governo municipal gastou menos de R\$ 60 mil com o programa, incluindo os estudos técnicos e o transporte das plantas às centrais de abastecimento. De junho de 2000 a julho de 2001, a receita líquida com

a venda da samambaia foi de aproximadamente R\$ 6 mil.

Além de propiciar a inclusão social das famílias de baixa renda que dependem dessa receita, o programa demonstra a eficácia do manejo participativo para a exploração sustentável de espécies legalmente protegidas. O sucesso da experiência levou a prefeitura de Ilha Comprida a desenvolver estudos para a exploração de outros recursos naturais, pesquisando atividades como a clonagem de bromélias, a produção de siri mole, a criação de um viveiro de mudas da vegetação de restinga, o cultivo de mexilhões, a extração do esfagno (espécie de musgo) e a produção de taboa (palha de áreas alagadiças). Neste sentido, a iniciativa pode servir de inspiração para outros municípios que se encontram em Áreas de Proteção Ambiental ou que enfrentam o dilema entre preservação ambiental e geração de renda. 

O sucesso da experiência levou a prefeitura de Ilha Comprida a desenvolver estudos para a exploração sustentável de outros recursos naturais



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE PIRAI

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Pirai, RJ

INSTITUIÇÃO:
Prefeitura de Pirai

CONTATO:
Sheila dos Santos Valle Souza

ENDEREÇO:
Praça Getúlio Vargas, s/nº
Pirai, RJ
Cep 27175-000
(24) 431-1300

O município que deu a volta por cima

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE PIRAI

**Prefeitura reage ao desemprego com
uma estratégia para atrair
indústrias, formar cooperativas e
impulsionar a economia rural**

Localizado a apenas 84 km do Rio de Janeiro, Pirai (22 mil hab.) quer se “desenvolver sem perder a ternura”, segundo afirma o relatório do Perfil Econômico do Município (PEM), elaborado em 1997.

Naquele ano, uma nova gestão assumiu a prefeitura, tendo pela frente um cenário adverso: a privatização da Light havia causado a demissão de cerca de 1200 trabalhadores. Além de ser uma das principais fontes de emprego do município e de oferecer habitação para os funcionários, a empresa de energia elétrica era proprietária de uma grande extensão de terras.

A prefeitura tentou negociar uma parceria em que parte das terras seria cedida para a construção de casas populares e para a implantação de um condomínio industrial. Como a empresa recusou a proposta, a administração municipal partiu para o confronto: primeiro, com a aprovação de leis que classificavam as terras como áreas urbanas, sujeitas à cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Depois, a prefeitura ainda obteve uma vitória judicial contra a Light: até então, a companhia informava a geração de energia de suas usinas localizadas em Pirai como sendo no Rio de Janeiro,

— ■ —
As empresas ganham uma
redução na alíquota do Im-
posto Sobre Serviços (ISS)
à medida que aumentam a
geração de empregos
— ■ —

que ficava com os impostos. A ação rendeu o equivalente a R\$ 12 milhões em indenizações (dos quais mais de R\$ 8 milhões foram pagos em terras) e um aumento de 60% na arrecadação.

No entanto, a prefeitura sabia que a solução das disputas com a Light não resolveria todos os proble-

mas de Pirai. Havia a necessidade de gerar um novo ciclo de desenvolvimento, a partir da identificação das potencialidades locais. Para isso foi elaborado o Perfil Econômico Municipal, que chamou a atenção para os trunfos do município: os 53 quilômetros de território situados ao longo da Rodovia Presidente Dutra, a proximidade com os principais centros consumidores do país e com o porto de Sepetiba, a enorme disponibilidade de água e a produção de energia elétrica (20% da que abastece o Grande Rio). Apesar dessas vantagens, Pirai tivera apenas duas grandes empresas: (a Light e uma fábrica de papel) em 163 anos de existência.

INDÚSTRIAS QUE TRAZEM INDÚSTRIAS

Com base nos dados do Perfil Econômico, a prefeitura montou o Programa de Desenvolvimento Local, dividido em três componentes: 1) Programa de Geração de Renda, Emprego e Desenvolvimento do Comércio, Indústria e Serviços; 2) Programa de Promoção do Trabalho e Renda na Área Rural; e 3) Programa de Promoção do Trabalho e Renda com Fomento do Cooperativismo.

Para desenvolver o setor industrial, a prefeitura investiu na implantação do Condomínio Industrial de Pirai (Condip), numa área antes per-

tendente à Light. O governo municipal preparou o terreno, fez a divisão em lotes e instalou a infra-estrutura, em alguns casos construindo até galpões para as empresas. Os recursos foram obtidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal e ao governo estadual, por meio do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social (Fundes).

As empresas ganham uma redução na alíquota do Imposto Sobre Serviços (ISS) à medida que aumentam a geração de empregos. Segundo o contrato entre a prefeitura e as indústrias, tais postos de trabalho devem se destinar preferencialmente a pessoas que comprovem determinado tempo de residência no município, a fim de evitar um deslocamento populacional em direção à cidade.

A atração de empresas foi planejada de forma a trazer indústrias que estimulem a instalação de outras indústrias e que tenham baixos índices de poluição. O maior empreendimento foi o da Indústria Cervejeira Cintra, que investiu mais de R\$ 200 milhões para a instalação de sua fábrica, com capacidade para gerar cerca de 500 empregos diretos e 2000 indiretos. Os incentivos oferecidos também estão fazendo com que muitas empresas de pequeno e médio porte, do próprio município, mudem-se para o condomínio industrial e saiam da informalidade.



UM NOVO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

O Programa de Promoção do Trabalho e Renda na Área Rural teve como principal instrumento a implantação do Pólo de Piscicultura. O Perfil Econômico do Município havia apontado o interesse dos produtores rurais em desenvolver a criação de peixes, atividade que seria favorecida pela disponibilidade de água e pela topografia de Pirai.

A prefeitura convidou os produtores a conhecer experiências de produção de pescado em outros municípios e forneceu-lhes capacitação técnica, equipamentos e recursos financeiros, possibilitados pelos convênios com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do

Estado do Rio de Janeiro (Emater-RJ), a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Fiperj), o Ministério da Agricultura e a Fundação Banco do Brasil. O governo de Pirai também implantou um entreposto de pescado de água doce e prepara a inauguração do Centro de Estudos do Pescado, onde serão desenvolvidas pesquisas sobre o setor, em parceria com a Emater-RJ, a Fiperj e universidades públicas. Existem cerca de 120 produtores envolvidos na atividade.

A terceira frente de atuação da prefeitura de Pirai para impulsionar o desenvolvimento do município foi o Programa de Promoção do Trabalho e Renda com Fomento do Cooperativismo, que busca incorporar à produção pessoas excluídas do mercado de trabalho, devido principalmente à falta de qualificação. Investiu-se nos pequenos produtores rurais e nos cidadãos com mais de 40 anos. Para esses grupos, o governo municipal organizou cursos de capacitação e incentivou o cooperativismo.

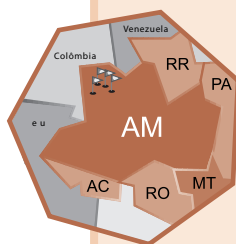
As ações de estímulo à atividade econômica foram acompanhadas por investimentos em habitação, saneamento, educação e saúde

Atualmente, seis cooperativas estão em funcionamento, produzindo alimentos, roupas, móveis e outros produtos. Por meio de uma parceria com a organização não-governamental Viva Rio, a administração do município tem fornecido apoio à

comercialização de seus produtos. Além disso, a prefeitura implantou a Feira do Artesão e construiu um centro de formação de cooperativas e de artesãos. Outros parceiros da iniciativa são: Senac, Sebrae, Ministério do Trabalho e Fundação Banco do Brasil.

As ações de estímulo à atividade econômica foram acompanhadas por investimentos em habitação, saneamento, educação e saúde. O município construiu 125 casas populares, implantou um aterro sanitário considerado modelo e eliminou a desnutrição infantil, numa parceria com a Pastoral da Criança. Diversos projetos foram iniciados na área educacional e Pirai recebeu um prêmio do Unicef e da Fundação Roberto Marinho por realizar uma gestão escolar democrática.

Quatro anos após sua elaboração, o Programa de Desenvolvimento Local apresenta resultados eloqüentes – a arrecadação municipal dobrou e foram gerados cerca de 1500 empregos. Pirai assiste a um novo ciclo de desenvolvimento, mas “sem perder a ternura”.



PROJETO ARTE BANIWA

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:

Comunidades Baniwa da região do alto Rio Içana, afluente do Rio Negro, AM

INSTITUIÇÃO:

Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI)

CONTATO:

André Fernando

ENDEREÇO:

Av. Álvaro Maia, 79
São Gabriel Da Cachoeira, AM
Cep 89750-000
(92) 471-1349

Os artesãos da floresta

PROJETO ARTE BANIWA

A cestaria dos Baniwa conquista o mercado em São Paulo, beneficiando comunidades indígenas da Amazônia que deixaram de ser exploradas por intermediários

A produção da cestaria feita com arumã é uma das tradições milenares dos índios Baniwa, que habitam o extremo noroeste do Brasil, próximo à fronteira com a Colômbia. O arumã é uma planta também conhecida, na língua Baniwa, como taquara, da qual se aproveitam as hastes. Com essa matéria-prima, os Baniwa fabricam balaios, cestos, jarros, peneiras e outros utensílios domésticos empregados no processamento da mandioca-brava, base da alimentação dos povos do alto Rio Negro. Além de produzir utensílios de arumã para uso doméstico, há séculos os Baniwa comercializam um excedente dessa produção. As “trocas” (escambo) eram realizadas com misso-

nários, comerciantes colombianos ou regatões brasileiros (vendedores que percorrem de barco as comunidades ribeirinhas levando os produtos da cidade). A cestaria arumã era trocada por produtos (sal, pólvora, anzol, sabão, velas, roupas, etc.) de que os Baniwa aprenderam a necessitar no contato com os brancos e que não eram capazes de produzir. Os intermediários exploravam os artesãos trocando a cestaria por bens de baixo valor, para posteriormente vendê-la com margens de lucro exorbitantes.

Resistindo a essa situação, as comunidades que constituem a Organização Indígena da Bacia do Içana (OIBI) iniciaram, há quase dez anos, a busca de alternativas para que os artesãos não dependessem exclusivamente desses intermediários. Ao mesmo tempo, buscava-se evitar o êxodo dos indígenas, provocado pela falta de opções de trabalho. Em 1999, os Baniwa finalmente realizaram uma Oficina de Artesãos, a fim de iniciar um projeto estruturado de produção e comercialização da cestaria. Cada comunidade interessada em participar indicou seu mestre artesão.



Com a participação de 19 artesãos, a 1ª Oficina de Artesanato, realizada na sede da OIBI, marcou o início do projeto Arte Baniwa. Cada artesão levou alguns produtos de que gostava mais, além da matéria-prima para trabalhar junto aos outros artesãos, a fim de definir os modelos que comporiam a linha de produtos. O primeiro passo foi identificar as cinco espécies de arumã existentes. A partir da definição da matéria-prima mais apropriada, os artesãos escolheram

os grafismos milenares que “decorariam” os produtos, e decidiram os padrões de qualidade, os produtos de que mais gostavam e que acenavam com maior potencial de mercado, os preços e tamanhos de cada cestaria, bem como aspectos operacionais relativos às encomendas, às formas de pagamento e ao transporte, dentre outros. Na mesma ocasião, decidiu-se realizar pesquisas de mercado para melhor aproveitar o trabalho dos artesãos. Em outubro de 1999, iniciou-se a comercialização da cestaria com a rede de lojas de móveis e artigos de decoração Tok & Stok, de São Paulo.

UMA VIAGEM DE QUASE 5 MIL QUILOMETROS

O Projeto Arte Baniwa articula o conhecimento tradicional dos Baniwa com o aprendizado de práticas que impulsionam a venda dos produtos. Dessa forma, se por um lado eles dominam a matéria-prima e o processo de produção, por outro lado aprendem a criar embalagens utilizando as sobras das talas do arumã (para o transporte), a padronizar a cestaria e a atender exigências do mercado. Os Baniwa têm demonstrado enorme disposição para esse aprendizado, fazendo com que fossem logo superados problemas operacionais e logísticos, como o transporte de grandes quantidades de mercadorias pelos rios e corredeiras do interior da Amazônia. Com a aquisição de bongos (barcos de 15 a 20 metros, feitos de madeira), voadeiras e motores, as águas e pedras não representam obstáculos.

Em 1999, os artesãos decidiram que o preço médio de cada dúzia seria R\$ 58,00. Em dois anos, o preço passou a girar em torno de R\$ 100,00 a dúzia

O trajeto é longo: entre as comunidades do alto Rio Içana e São Gabriel da Cachoeira (AM) percorrem-se 480 km em, no mínimo, dois dias. Nas secas dos rios, há necessidade de se retirar as mercadorias do barco para carregá-lo por cima das 10 cachoeiras. De São Gabriel ao Porto Camanaus, são mais 30 km em caminhonete, até que a cestaria possa embarcar para Manaus, num trajeto de 1.000 km que leva três dias para ser percorrido. Dali são acondicionadas em um caminhão que segue de balsa (1.200 km) até Belém (PA), de onde segue por estrada até São Paulo (mais 2.120 km).

Tamanho esforço vale a pena, segundo os artesãos beneficiados pelo Projeto. Eles apontam o aumento da remuneração pelo seu trabalho como o primeiro resultado tangível da iniciativa. A remuneração sempre foi decidida coletivamente nas oficinas anuais realizadas pela OIBI. Em 1999, os artesãos decidiram que o preço médio de cada dúzia seria R\$ 58,00. Em dois anos, o preço passou a girar em torno de R\$ 100,00 a dúzia. Sendo mais bem remunerados, eles se dedicam mais à cestaria arumã. Toda a comunidade é beneficiada e a repercussão externa do trabalho fortalece a cultura local.

INVESTIMENTOS NAS COMUNIDADES

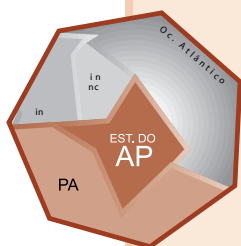
O crescimento da demanda pela cestaria é absorvido pela inclusão de novos interessados em participar do Projeto, pois não se pretende aumentar o número de horas trabalhadas pelos artesãos. Assim, o número de artesãos participantes saltou de 19 para 143. Além da Tok & Stok, a OIBI vende para a Indústria de Cosméticos Natura, entre outras empresas. Em julho de 2001, a entidade estava em avançado estágio de negociação com a cadeia de varejo Pão de Açúcar.

Todo o processo, da negociação com os compradores ao pagamento dos artesãos, é intermediado pela OIBI. Com o dinheiro que sobra dessa operação, a entidade realiza investimentos em infra-estrutura e desenvolve uma série de projetos para as comunidades indígenas do alto Rio Içana. Fundada há mais de nove anos, a OIBI congrega 17



aldeias Baniwa do alto Rio Içana, sendo uma das 46 organizações que compõem a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). A FOIRN é a principal parceira da OIBI no Projeto Arte Baniwa, fornecendo apoio logístico e ajudando a disseminar a experiência para outras comunidades indígenas que também pretendem iniciar projetos de desenvolvimento sustentável. Além da FOIRN, a OIBI conta com o apoio do Instituto Socioambiental (ISA), que utilizou recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente, para elaborar o Plano de Negócios do Projeto Arte Baniwa. Coube ao ISA o papel de “abrir o mercado” da cestaria em São Paulo, negociando os contratos e recebendo os pedidos em sua sede, na capital paulista.

A Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia e a organização não-governamental Saúde Sem Limites (SSL) também forneceram apoio, em diferentes etapas do Projeto. O aporte de capital para o Projeto Arte Baniwa foi efetivado pela ONG holandesa ICCO e pela austríaca IZZ/Horizont3000.



PROJETO CASTANHA

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Estado do Amapá

INSTITUIÇÃO:
Secretaria de Indústria,
Comércio e Mineração do Estado

CONTATO:
Janete Maria Góes Capiberibe

ENDEREÇO:
R. Raimundo Álvares da Costa, 18
Macapá, AP
Cep 68925-020
(96) 212-5400

Da Amazônia para o mundo

PROJETO CASTANHA

No Amapá, cooperativas eliminam a exploração dos castanheiros e criam uma forma de desenvolver a região sem prejudicar a floresta

Na Amazônia, grande parte da população depende do extrativismo, comercializando os produtos da mata para conseguir o próprio sustento. A riqueza da floresta, porém, contrasta com a pobreza em que se encontra essa população. No sul do Amapá, por exemplo, a situação dos trabalhadores que vivem da coleta de castanha-do-brasil (também chamada de castanha-do-pará e castanha-da-amazônia) é de extrema penúria, agravada pelo processo produtivo conhecido como aviamento.

O processo é simples: um atravessador fornece ao trabalhador que vai para a mata os mantimentos e utensílios necessários à reali-

zação do seu trabalho (facões, botas, querosene, óleo, sal, açúcar, farinha, etc.). Depois, este mesmo atravessador compra, a preços ínfimos, toda a produção retirada da floresta. Além de pagar pouco pela castanha, ele cobra muito pelas mercadorias que fornece, levando o extrativista a entrar em um círculo vicioso de dívidas, numa espécie de “escravidão branca”. Há alguns anos, por exemplo, era comum no município de Laranjal do Jarí o castanheiro trocar vários quilos de castanha por uma lata de leite em pó. Enquanto exploram os castanheiros, porém, os atravessadores também são explorados, porque o comércio de produtos da floresta é extremamente concentrado, com a formação de cartéis e de monopólios.

Por intermédio do Projeto Castanha, o governo estadual do Amapá está criando uma nova lógica produtiva para a região, baseada na oferta de infra-estrutura para que o castanheiro possa agregar valor ao seu produto. Dessa forma, tais trabalhadores podem romper o ciclo de dependência em relação ao sistema de aviamento e aos empregos gerados pelos megaprojetos que se instalaram na região a partir da década de 70.



AS MIL E UMA UTILIDADES DA CASTANHA

O Projeto começou a funcionar em janeiro de 1995, com o objetivo de gerar emprego e renda, valorizar os produtos da floresta, combater a pobreza, evitar o êxodo rural e promover a cidadania dos povos tradicionais da Amazônia. Um primeiro passo foi a doação, por parte do governo, de um barco para realizar o transporte das castanhas. Também foi firmado um acordo para que o poder público comprasse toda a produção dos castanheiros, a fim de utilizá-la na merenda escolar. Inicialmente, o Estado também financiou o avia-

A COOPERATIVA TROUXE VANTAGENS MESMO PARA OS NÃO-COOPERADOS, QUE AGORA JÁ NÃO PRECISAM VENDER A CASTANHA PARA OS ATRAVESSADORES

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE CASTANHA E DO PREÇO PAGO POR ATRAVESSADORES E PELA COMAJA
(PREÇO MÉDIO POR HECTOLITRO, EM R\$)

Ano	Produção (em hectolitros)	Atravessador	Cooperativa
1995	500	6,00	15,00
1996	1000	16,50	21,50
1997	2000	27,50	30,00
1998	1000	50,00	50,00
1999	2500	20,00	35,00
2000	10000	22,50	35,00

mento, mas hoje em dia os próprios castanheiros captam recursos junto a fundos rurais para financiar suas atividades.

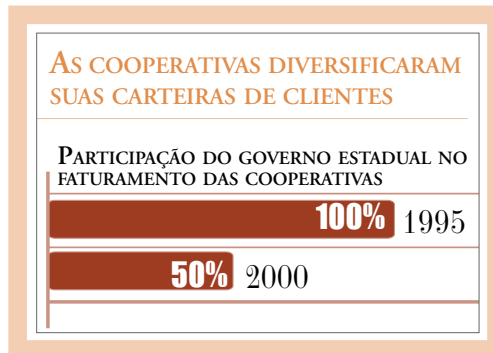
O funcionamento do Projeto Castanha, que faz parte do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA), baseia-se no trabalho associativista. O castanheiro vende seu produto para uma cooperativa, que verticaliza a produção da castanha e de seus subprodutos. Ao invés de vender a castanha *in natura* (ainda dentro da casca) as cooperativas vendem-nas

prontas para o consumo (desidratadas e embaladas para exportação), além de diversos derivados, como biscoitos, farinha, paçoca e óleo (com o qual se produz uma vasta gama de cosméticos). A nova organização do trabalho aumentou significativamente

a renda dos castanheiros, mesmo dos não cooperados, que podem vender sua produção para a cooperativa por preços superiores aos pagos pelo atravessador.

Para viabilizar essa estratégia, o governo estadual, por intermédio do Instituto de Estudos e Pesquisas do Amapá (IEPA), ajuda na verticalização da produção da castanha, desenvolvendo novos produtos e processos de padronização e controle de qualidade. Fórmulas para a produção de xampus e cremes derivados da castanha foram desenvolvidas pelo Instituto, bem como a receita para os biscoitos de castanha e uma série de estudos para aumentar a produtividade da extração do óleo dessa amêndoa.

As pesquisas resultaram também num acordo com uma empresa francesa, visando a aumentar a eficiência na extração do óleo e a melhorar a qualidade da farinha. O azeite de castanha conta com certificação de produto orgânico e se destaca pela presença de selênio, substância que ajuda a prevenir os males associados ao envelhecimento. A receita proporcionada pelas patentes desses produtos forma um fundo de investimentos para as comunidades e para a continuidade das pesquisas.



EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Cada uma das cooperativas se especializou em uma fase da cadeia produtiva. A Cooperativa Mista dos Produtores e Agroextrativistas da Reserva do Rio Cajarí (COMAJA) faz o trabalho de retirar a semente do fruto, desidratar a castanha, embalar para exportação e

moer as sementes de menor tamanho para produção de farinha. A Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru (COMARU), por sua vez, produz o biscoito e extrai o óleo. Além dessas duas cooperativas, há também a Associação dos Trabalhadores do Assentamento Agroextrativista do Maracá (ATEXMA).

O Projeto envolve ainda uma grande cooperação entre os órgãos do governo estadual, a começar pelo IEPA, responsável não apenas pelo apoio tecnológico como também pela assessoria em *marketing* e pelo desenvolvimento de uma identidade visual para os produtos. A Secretaria de Educação compra a produção de biscoitos e de farinha da castanha para complementar a merenda escolar.

Tal articulação é um dos fatores responsáveis pelos muitos resultados apresentados pela experiência. Graças a um aporte de recursos do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (PPG7), foi construída uma fábrica de biscoitos de castanha na sede da COMARU. A COMAJA também recebeu um repasse do PPG7, para adquirir maquinário e melhorar suas instalações, o que aumentou a produtividade do beneficiamento da castanha-do-brasil.

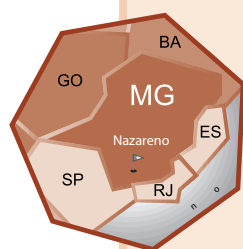
O governo do Amapá utiliza a mesma metodologia do Projeto Castanha para desenvolver a comercialização de outros produtos da Amazônia

rio e melhorar suas instalações, o que aumentou a produtividade do beneficiamento da castanha-do-brasil.

Com o aperfeiçoamento dos processos de trabalho, as cooperativas desenvolveram novos produtos e diversificaram a carteira de clientes, reduzindo a dependência em relação ao governo estadual, que hoje responde apenas por metade do seu faturamento.

Uma fatia cada vez maior da produção destina-se para outras regiões do país e para o mercado internacional. As cooperativas estão produzindo mais, vendendo mais e conseguindo preços cada vez melhores.

Além da geração de emprego e renda, a mobilização social iniciada pelo trabalho associativo fez com que as comunidades de castanheiros se organizassem, fortalecendo-se para apresentar suas demandas aos governos estadual e municipal e às empresas da região. Animado com esse desempenho, o governo do Amapá utiliza a mesma metodologia do Projeto Castanha para desenvolver a comercialização de outros produtos da Amazônia, como açáí, mel, camarão, palmito, produtos fitoterápicos, óleos vegetais e artesanato de madeira. A floresta começa a representar uma alternativa viável para o desenvolvimento local, sem que seja preciso derrubá-la. ■



PROGRAMA NAZARENO VERDE

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Nazareno, MG

INSTITUIÇÃO:
Prefeitura de Nazareno

CONTATO:
Vinícius Martins Ferreira

ENDEREÇO:
Pça N. Senhora de Nazaré, S/Nº
Nazareno, MG
Cep 36370-000
(35) 3842-1407

Para fecundar o chão

PROGRAMA NAZARENO VERDE

A erosão ameaçava engolir o município de Nazareno (MG), mas a comunidade e o governo se mobilizaram para reverter a situação e conter a degradação ambiental

Durante muitos anos, os moradores de Nazareno, no interior de Minas Gerais, viam com naturalidade o fenômeno observado ao redor da cidade: a terra se abria em grandes fendas, chamadas “voçorocas”, como consequência da ação do homem sobre o meio ambiente. No entanto, os problemas com a erosão estão prejudicando 84% das propriedades rurais da região, sendo que em 78% há voçorocas, inutilizando cerca de 1000 hectares de terras agricultáveis.

As voçorocas ameaçam obras viárias e construções, colocando em risco a vida de pessoas e animais. Toda a população é afetada, pois o assoreamento pode comprometer o abastecimento de água e

o potencial energético dos dois reservatórios, além de provocar enchentes e prejudicar a fauna e a flora aquáticas. O lixo jogado no interior das voçorocas causa a contaminação do lençol freático, aumentando a incidência de doenças infecto-contagiosas nos moradores que utilizam água de poços.

Segundo especialistas, o processo de desertificação do solo no município provavelmente foi desencadeado pela exploração do ouro nos

séculos XVIII e XIX. A partir da década de 50, também causou grande impacto ambiental em toda a região a instalação das hidrelétricas de Camargos e Itutinga.

Com o tempo, outras práticas pioraram a situação: o manejo inadequado da terra, o emprego excessivo de máquinas agrícolas, a exploração ilimitada dos recursos naturais e o desmatamento de

quase toda a vegetação natural. A retirada da vegetação gerou um processo erosivo que chegou até o subsolo, menos resistente à perda de partículas, culminando com o aparecimento das voçorocas. Só na periferia da cidade existem 11 dessas crateras.

Atualmente, contribuem para o agravamento do processo de degradação do solo no município o uso da maior parte das terras em desacordo com sua real aptidão agrícola, a deposição de 72% do lixo no interior das voçorocas e as queimadas.

AULAS PRÁTICAS DE CONSERVAÇÃO

A reação contra a degradação ambiental de Nazareno deu origem ao Programa Nazareno Verde, executado pela prefeitura com o apoio do governo federal, por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente, do Ministério do Meio Ambiente. Suas ações compreendem a realização de cursos, palestras e seminários e a implementação de uma educação ambiental popular. Pretende-se estimular a capacitação de lideranças locais, a integração com programas de pesquisa e extensão das instituições de ensino superior e a organização da comunidade. O objetivo é incentivar a conscientização sobre as questões

ambientais, estimulando mudanças de comportamento e criando alternativas de desenvolvimento sustentável.

Uma das iniciativas que compõem o Programa é o Projeto Controle e Estabilização de Voçorocas, que busca difundir aos agricultores da região técnicas simples de conservação dos recursos naturais, de modo a incentivá-los a se organizarem para um controle coletivo da erosão. Faz parte do Projeto o controle, em caráter demonstrativo, de uma voçoroca situada em uma das entradas da cidade, com uma área de aproximadamente 11 hectares, cerca de 600 metros de comprimento, 200 de largura e 30 de profundidade. Por ser inviável aterrar uma voçoroca desse porte, o Projeto tenta impedir seu crescimento, mediante a produção de mudas, o manejo da vegetação remanescente, a colocação de estruturas para contenção de encostas e a utilização de técnicas conservacionistas do solo e da água. Para realizar o trabalho, organizam-se mutirões que, além de reduzirem os custos, cumprem uma função educativa na sensibilização para o problema.

Reforçando esse aspecto pedagógico, o Projeto prevê também a realização de passeios interpretativos da natureza, dinâmicas lúdicas, capacitação de professores, mutirão de coleta de lixo e campanha de reutilização de materiais. A Universidade Federal de Lavras, a Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG) são parceiros da iniciativa. As duas escolas do município (uma municipal e uma estadual) participam de diversas etapas, inclusive da produção de composto orgânico. Os alunos também formam grande parte da equipe ecológica, com 118 pessoas, criada para fiscalizar e auxiliar a coordenação do Projeto.

O objetivo do Programa é incentivar a conscientização sobre questões ambientais, estimulando mudanças de comportamento e criando alternativas de desenvolvimento sustentável

DAS ESCOLAS PARA AS RUAS

O envolvimento das escolas no esforço para mudar a paisagem de Nazareno acontece desde as primeiras ações que, motivadas pela questão do lixo, mais tarde desembocariam no Programa Nazareno Verde. Por

meio do Projeto Escola Viva, os alunos se mobilizaram para reivindicar que a prefeitura tomasse providências contra a deposição de lixo em terrenos baldios. A experiência incluiu ainda o levantamento e a classificação das espécies vegetais existentes nos arredores, o mapeamento das áreas verdes e das áreas devastadas, trabalhos na horta escolar e a recuperação de um jardim abandonado ao lado de uma das escolas.

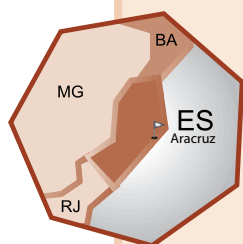
Tendo constatado que também era necessário conscientizar a população, os alunos lançaram, em 1999, o Movimento Cidade Limpa. O Movimento foi inaugurado por um passeio pela cidade, com os estudantes cantando e parando para “varrer simbolicamente” as ruas. Também organizaram um concurso de frases e a escolha da rua mais limpa, criaram paródias e peças teatrais, e desenvolveram diversas atividades

— ■ —
O envolvimento das escolas
no esforço para mudar a paisagem de Nazareno acontece desde as primeiras ações que originaram o Programa

artísticas, como a produção de papel reciclado e a confecção de trabalhos com sucata. Ambas as escolas continuam se destacando entre os participantes do Programa, com um viveiro que já produziu mais de 19 mil mudas, hortas que fornecem ingredientes para a merenda e um centro educativo de separação do lixo.

O Programa Nazareno Verde não se limita, porém, às questões específicas da problemática ambiental. A preocupação com o resgate cultural, por exemplo, direcionou o olhar da equipe para a necessidade da organização de espaços públicos destinados ao lazer e à cultura. Tal preocupação levou o município a inaugurar a Casa de Cultura, um espaço destinado à valorização das tradições locais, por meio da produção de artesanato, de manifestações artísticas com materiais recicláveis, bem como de cursos e oficinas profissionalizantes.

Devido à dimensão dos problemas enfrentados e ao caráter recente das ações postas em prática pelo Programa, ainda é cedo para avaliar seu impacto sobre o meio ambiente. Por outro lado, registram-se avanços no processo de conscientização da comunidade, demonstrado pela diminuição da quantidade de lixo e pelo crescimento da participação do público em todas as atividades. Em consequência do Programa Nazareno Verde, brevemente o município deve passar a ter um Conselho de Desenvolvimento e do Meio Ambiente. ■



PROJETO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA TUPINIKIM E GUARANI

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Aracruz, ES

INSTITUIÇÃO:
Secretaria de Educação do Município

CONTATO:
Zélia Dalva Furrechi Giovani

ENDEREÇO:
Rua Gal. Aristides Guaraná, 23
Aracruz, ES
Cep 29190-000
(27) 256-9156

A educação contra a dominação

PROJETO DE EDUCAÇÃO INDÍGENA TUPINIKIM E GUARANI

A partir de um ensino diferenciado para suas crianças, os Tupinikim e os Guarani de Aracruz (ES) podem preservar a própria cultura e garantir seus direitos

A população indígena do Espírito Santo, estimada em 1800 pessoas, é formada pelos povos Tupinikim e Guarani e concentra-se no município de Aracruz, a aproximadamente 70 Km de Vitória. De acordo com a Associação Indígena Tupinikim e Guarani (AITG) são cerca de 1600 Tupinikim habitando as aldeias Caeira Velha, Comboios, Irajá e Pau Brasil; e 190 Guarani nas aldeias de Boa Esperança e Três Palmeiras. A história dessas comunidades é marcada pela luta para garantir a posse da

terra, pela determinação de suas lideranças em obter uma educação adequada às necessidades dos índios e pelo desejo de resgatar a língua Tupinikim, atualmente desaparecida.

Há registro da presença dos Tupinikim na região desde os primeiros séculos de colonização. Segundo vários cronistas, esses índios habitavam uma faixa de terra entre o Espírito Santo e o Paraná. No século XVII, os Tupinikim receberam da Coroa Portuguesa uma sesmaria de 200 mil hectares, demarcada somente no século XVIII. Contudo, o processo de invasões e de apropriação das terras

Tupinikim perdurou ao longo da história.

— ■ —
Para os Guarani, o ensino bilingüe pode manter viva a língua materna, evitando que as palavras continuem se perdendo por falta de registro
— ■ —

Na década de 40 do século XX, os Tupinikim detinham somente 60 mil hectares. Em 1940, a Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi) foi autorizada pelo governo federal a explorar 10 mil hectares das terras Tupinikim, para a produção de carvão vegetal. Em 1967, a Aracruz Celulose

S/A comprou os 10 mil hectares da Cofavi, mais 30 mil hectares do governo do Estado, e ocupou o restante das terras indígenas, substituindo a mata nativa por plantações de eucaliptos para a produção de celulose. Os Tupinikim passaram a viver confinados em 40 hectares. No ano seguinte, um grupo de Guarani Mbyá chegou ao local, passando a conviver com os Tupinikim, na Aldeia Caeira Velha, depois de um longo período de migração que teve início no Rio Grande do Sul.

A década de 90 foi marcada por disputas fundiárias entre as comunidades indígenas e a Aracruz Celulose. Em 1998, quando as comunidades decidiram realizar a autodemarcação de 13.579 hectares, a situação ficou ainda mais tensa. Sob pressão da empresa, as lideranças Tupinikim e Guarani, com exceção da Aldeia de Comboios, assinaram um acordo pelo qual a Aracruz comprometeu-se a pagar às comunidades R\$ 11,4 milhões, juntamente com o consumo de água e luz. O acordo também previu a transferência de 2.571 hectares de terras para os índios e a compra de sua produção de eucaliptos. O dinheiro deve ser pago num prazo de 20 anos e aplicado em projetos comunitários.

OS QUATRO OBJETIVOS DO PROJETO

O Projeto de Educação Indígena Tupinikim e Guarani foi iniciado em novembro de 1994, a partir da criação do Subnúcleo de Educação Indígena, coordenado pela Secretaria Municipal de Educação de Aracruz e formado por representantes das secretarias municipal e estadual de Educação, da Fundação Nacional do Índio (Funai), do Instituto para o Desenvolvimento e Educação de Adultos (IDEA) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), bem como por caciques, lideranças e educadores Tupinikim e Guarani. Juntamente com os Subnúcleos de Saúde e de Agricultura, o Subnúcleo de Educação forma o Núcleo Interinstitucional de Saúde Indígena do Espírito Santo (NISI-ES).

Depois da criação do Subnúcleo de Educação, as entidades que o compõem passaram a discutir a implementação de uma educação escolar diferenciada para os Tupinikim e os Guarani, baseando-se nas reivindicações das comunidades. Assim nasceu o Projeto de Educação Indígena Tupinikim e Guarani, cuja execução foi assumida pela Secretaria de Educação de Aracruz, contando com o apoio técnico e financeiro das demais entidades. O Projeto também foi submetido ao Ministério da Educação, que passou a apoiá-lo financeiramente.

Quatro objetivos orientam a iniciativa: a construção do processo de educação diferenciada nas aldeias por meio da formação dos educadores indígenas Tupinikim e Guarani; a elaboração de um currículo diferenciado para as escolas indígenas, o resgate da língua materna dos Tupinikim e a implementação do ensino bilingüe nas escolas das aldeias Guarani.

O ponto de partida do Projeto foi a realização do curso de formação de educadores indígenas, que durou três anos (1996-1999) e formou 32 professores, aptos a lecionar para alunos de 1ª a 4ª séries. No final de 1999, a prefeitura de Aracruz realizou o primeiro concurso público diferenciado para indígenas Tupinikim e Guarani. Os educadores assumiram as escolas das aldeias no início de 2001, beneficiando cerca de 500 crianças. Até 1996, predominavam nas escolas das aldeias Tupinikim Guarani professores não indígenas. De um total de 19 pro-

Para os Tupinikim, a educação diferenciada alimenta o sonho do resgate de sua própria língua, desaparecida ao longo da colonização

fessores apenas quatro eram indígenas. Atualmente o quadro inverteu-se, sendo 19 indígenas e quatro não indígenas.

REAFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL

Após a realização de alguns seminários, foram definidos os princípios para a elaboração do currículo diferenciado. Os currículos são orientados pelas seguintes problemáticas: a luta Tupinikim e Guarani no contexto nacional; a cultura Tupinikim e Guarani no contexto da cultura brasileira; a organização socioeconômica das aldeias no contexto local, regional, nacional e mundial; a organização política no contexto local, regional, nacional e mundial; e a interação Tupinikim e Guarani com o meio ambiente da aldeia. Com a participação das comunidades, os educadores indí-

genas produziram dois livros: “Os Tupinikim e Guarani contam...” e “Os Tupinikim e Guarani na luta pela terra”.

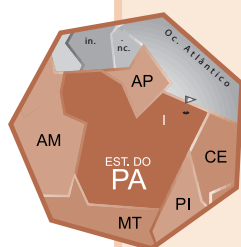
Tanto as comunidades Guarani quanto as comunidades Tupinikim valorizam o novo modelo de educação, embora por razões diferentes.



Para as aldeias Guarani, o ensino bilingüe representa a esperança de que sua língua se mantenha viva. Muitas das palavras faladas no passado já se perderam com o tempo, por falta de registros. Ensinar as crianças a escrever é uma forma preservar a cultura Guarani, não só para as aldeias de Aracruz como também para aldeias Guarani de outras regiões.

Para o povo Tupinikim, a educação diferenciada alimenta o sonho do resgate de sua própria língua, desaparecida ao longo do processo de colonização. Tal possibilidade tem um valor simbólico associado à reafirmação da própria identidade cultural.

Além dessa perspectiva, o Projeto apresenta um impacto positivo na conscientização das comunidades sobre seus direitos. Como afirma o presidente da Associação Indígena Tupinikim e Guarani (AITG), Evaldo Santana Almeida, “é importante a educação diferenciada que ensine para nossas crianças a nossa história, as nossas raízes, a nossa luta pela terra”.



FUNDO MUNICIPAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA VER-O-SOL

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Belém, PA

INSTITUIÇÃO:
Secretaria Municipal de Economia

CONTATO:
Carlos Alberto Barros Bordalo

ENDEREÇO:
Travessa Tiradentes, 663
Belém, PA
Cep 66053-330
(91) 222-4368

O Sol nasceu para todos

FUNDO MUNICIPAL DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA VER-O-SOL

O Banco do Povo criado pela prefeitura de Belém gera muitos empregos e ajuda grupos sociais vulneráveis a conquistar a autonomia financeira

O Fundo Municipal de Geração de Emprego e Renda Ver-o-Sol é um dos principais programas da prefeitura de Belém para combater a exclusão, a pobreza e o desemprego no município. Mais conhecido como Banco do Povo, o Fundo Ver-o-Sol iniciou suas atividades em 1998. Trata-se de uma instituição de microcrédito, que faz parte do Programa de Geração de Emprego e Renda, da Secretaria Municipal de Economia.

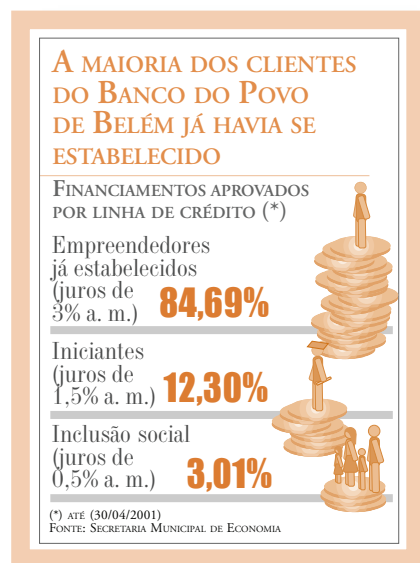
O Banco possui como principais objetivos a geração de emprego e renda, a democratização do acesso ao crédito e o incentivo à criação de formas cooperativas, associativas e solidárias visando a imple-

mentar um modelo alternativo de economia. Os beneficiários do Banco do Povo são empreendedores individuais, prestadores de serviço, cooperativas e associações de pequenos e microempreendimentos populares do mercado formal e informal de Belém.

Além de se inspirar em outras experiências de microcrédito, como

as de Bangladesh, Colômbia, Equador e Bolívia, o grupo de trabalho buscou a assessoria da Instituição de Crédito Comunitário Portosol (ICC Portosol), de Porto Alegre.

Junto com o Banco, a Prefeitura de Belém criou também o Conselho Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico e Social, formado por representantes do governo municipal, dos trabalhadores e dos empregadores. O Conselho é responsável pela gestão de toda a política municipal de emprego



e renda da Prefeitura de Belém, incluindo o Banco do Povo.

O município destina ao Banco 1% da quota-parte do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e 0,64% da quota-parte do ICMS. Rendimentos de aplicações financeiras e o retorno dos financiamentos concedidos completam o orçamento do Banco, estimado em R\$ 4,8 milhões em 2001.

O CAMINHO ATÉ O EMPRÉSTIMO

O processo de concessão de crédito começa com uma palestra que acontece diariamente, na sede do Banco do Povo e em suas duas agências, em horário pré-definido. Na ocasião, um técnico do Banco explica o funcionamento da instituição. Após a palestra, os interessados preenchem um cadastro e entregam cópia de seus documentos, que serão utilizados para consulta aos serviços de proteção ao crédito. Se essa consulta não acusar nenhuma restrição ao candidato, ele recebe a visita de um agente de negócios. O laudo técnico elaborado pelo agente serve de base à avaliação do comitê de crédito, que se reúne semanalmente para decidir sobre os pedidos de financiamento. O comitê é formado pelos coordenadores do Banco do Povo e por um representante da sociedade civil indicado pelo Conselho Municipal de Trabalho e Desenvolvimento Econômico e Social.

Exige-se que o candidato a financiamento resida em Belém há pelo menos cinco anos e que apresente um fiador, com renda mensal comprovada. O Banco do Povo também concede empréstimos a grupos de empreendedores, que prestam aval entre si, com um mínimo de sete membros.

Depois de concedido o empréstimo, o agente de negócios passa a acompanhar o empreendimento, mediante visitas periódicas. Ao quitar o financiamento, o empreendedor pode habilitar-se a um novo crédito, contando com um fator positivo na apreciação da proposta se tiver cumprido pontualmente o pagamento do empréstimo anterior.

O limite de financiamento é de R\$ 5 mil para pessoa física e de R\$ 10 mil para pessoa jurídica. Os prazos de pagamento variam de seis meses (com carência de dois) para os financiamentos de capital de giro, até 24 meses (com carência de seis) para os financiamentos de máquinas e equipamentos. Os juros situam-se entre 0,5% e 3% ao mês, de acordo com a linha de crédito. As linhas de crédito oferecidas pelo Banco demonstram sua permeabilidade à demanda de grupos sociais economicamente vulneráveis.

A taxa de juros de 0,5%, por exemplo, é cobrada em uma linha de crédito especial para familiares de presos e egressos do sistema penal, bem como para famílias que eram atendidas pelo programa Bolsa-Escola. Em ambos os casos, dispensa-se a apresentação de avalista para os empréstimos de até R\$ 600,00.

Há uma segunda linha de crédito, em que é cobrada a taxa de 1,5% ao mês, destinada a: empreendedores iniciantes e jovens recém-formados em cursos profissionalizantes e universidades. Atendendo a uma reivindicação do Conselho Municipal da Condição Feminina; esta linha de crédito também beneficia mulheres chefes de família, mães solteiras, com pouca ou nenhuma escolaridade e vítimas de violência doméstica, que queiram iniciar seu próprio negócio. Empreendedores já estabelecidos tomam empréstimo à taxa de 3% ao mês.

Existe ainda uma linha de financiamento para taxistas, criada por intermédio de um convênio entre a prefeitura, o Banco do Brasil e a Companhia de Transportes do Município. O Banco do Brasil financia 90% do valor do veículo e o Banco do Povo financia o restante, que constitui a contrapartida do taxista, com juros de 1,5% ao mês.

— ■ —
A iniciativa funciona de forma articulada a outros projetos da Secretaria Municipal de Economia, que visam à geração de emprego e renda
— ■ —

DO ESTADO PARA A SOCIEDADE CIVIL

A iniciativa funciona de forma articulada a outros projetos da Secretaria Municipal de Economia, que visam à geração de emprego e renda. A maioria desses projetos têm por objetivo a inclusão social, capacitando pessoas desempregadas para que se tornem empreendedores autônomos e utilizem os financiamentos concedidos pelo Banco do Povo. Há também uma integração com o Programa Bolsa-Escola, da Secretaria de Educação, para que os beneficiários da bolsa constituam o próprio negócio e adquiram a autonomia financeira

após o período de recebimento do benefício.

O Banco também tem parceria com a Agência de Desenvolvimento Solidário da Amazônia (ADS Amazônia), ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). A Agência orienta grupos de trabalhadores a fim de que se organizem para requerer financiamentos de forma coletiva.

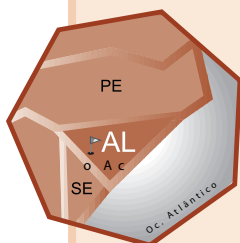
De outubro de 1998, quando foi concedido o primeiro crédito, até abril de 2001, haviam sido



aprovados pelo Banco 4.850 financiamentos, com 1.315 renovações, num montante total de aproximadamente R\$ 6,8 milhões. As mulheres representavam 40% dos clientes, o que demonstra a importância do Banco para a emancipação feminina.

Outro importante resultado da atividade do Banco é a geração de 1753 empregos nesse período. Embora ainda tenha uma inadimplência elevada (16,7%, considerando-se atrasos de um dia) em relação a outras experiências de microcrédito, o Banco ainda não precisou fazer nenhuma cobrança judicial, prevista para ocorrer quando o atraso superar quatro meses.

Para o futuro, a prefeitura de Belém planeja transformar o Banco do Povo numa organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), a exemplo de iniciativas semelhantes, que nasceram no interior do aparato estatal e depois passaram ao âmbito da sociedade civil. ■



FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - FUNDAP

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Pão de Açúcar, AL

INSTITUIÇÃO:
Prefeitura de Pão de Açúcar

CONTATO:
Júlio César Lima Dias

ENDEREÇO:
Rua Alto Humaitá, S/Nº
Pão de Açúcar, AL
Cep 57400-000
(82) 624-1579

Palavra de bom pagador

FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR – FUNDAP

Apoiada pela prefeitura, a experiência de microcrédito rural de Pão de Açúcar (AL) se baseia na organização dos próprios agricultores

Nos últimos anos, multiplicaram-se pelo país as experiências de microcrédito – empréstimos de pequeno valor, com juros abaixo do mercado, para pessoas que não têm condições de oferecer garantias reais. Na zona rural, porém, tais experiências nem sempre são bem sucedidas, porque diversos fatores (como as adversidades climáticas) podem levar à falência dos empreendimentos agrícolas e ao crescimento da inadimplência.

No município de Pão de Açúcar (24.316 hab.), no interior de Alagoas, às margens do rio São Francisco, o Fundo para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar (Fundaf) destaca-se dentre as ex-

periências de microcrédito rural. Sua metodologia garante a manutenção da inadimplência em níveis reduzidos e induz ao envolvimento e à participação dos tomadores de empréstimo – pequenos agricultores do município. Organizados em associações comunitárias, eles controlam todo o processo de concessão de crédito, desde o contato inicial à amortização da dívida, incluindo a avaliação dos projetos, a aprovação e a liberação dos recursos.

Marcada pelo coronelismo que imperou no Nordeste num passado não muito distante, a história de Pão de Açúcar começou a mudar em meados da década de 80, com o declínio do poder oligárquico e o surgimento do associativismo rural. Nessa mesma época, a ONG Visão Mundial, que atua em vários países, iniciou suas atividades no município, contribuindo para a construção de um armazém e da escola rural.

Em 1995 foi fundado o Núcleo de Desenvolvimento Comunitário (Nudec), uma federação das associações comunitárias locais, inicialmente composta por apenas três associações. Hoje, o Núcleo congrega 15 das 30 associações existentes no município.

Por iniciativa do Nudec, criou-se um fundo rotativo, gerenciado informalmente pelos próprios agricultores associados, para empréstimos destinados a reforma de casas, compra de utensílios domésticos, galinhas, porcos e outros pequenos animais. Devido ao sucesso desse fundo, surgiu a idéia de criar o Fundaf, em setembro de 1998.

Com o crescimento do volume de recursos e da demanda por empréstimos, tornou-se necessário elaborar um regimento interno, tarefa que contou com a assessoria de técnicos da Visão Mundial. Desde o início, a prefeitura também havia manifestado interesse em apoiar a iniciativa. Assim, em junho de 1999, a Câmara Municipal aprovou a lei que autorizava a prefeitura a “firmar acordo de cooperação para a operacionalização do Fundaf”.

— ■ —
O cliente deve estar filiado a
alguma associação há pelo
menos seis meses, pois toda
a operação se desenvolve por
intermédio dessas entidades
— ■ —

AS CONDIÇÕES PARA O EMPRÉSTIMO

A lei dispõe sobre a composição paritária do Conselho Deliberativo, que administra o Fundo, estabelece as obrigações de cada uma das organizações participantes e determina que dos recursos transfe-

ridos mensalmente pelo município (R\$ 3.500,00), podem ser utilizados até 7% para a cobertura dos custos administrativos.

Os créditos concedidos pelo Fundaf destinam-se a pequenos e microempreendedores rurais, dos setores formal e informal, que desenvolvam atividades relacionadas à agroindústria, comércio, serviços e agropecuária. Considera-se pequeno e microempreendedor a pessoa física ou jurídica, com receita bruta anual de até R\$ 6.500,00, que possua no máximo três empregados e que esteja atuando há mais de seis meses na atividade a ser financiada. Associações de trabalhadores, cooperativas e grupos solidários também podem se beneficiar dos empréstimos.

Os financiamentos são para capital de giro ou investimento fixo (aquisição de ferramentas, máquinas e equipamentos), com prazo de até 30 meses e carência máxima de 18 meses. Na prática, o número de parcelas e a concessão de carência são negociados caso a caso e dependem do tipo de atividade à qual o financiamento se destina. O cronograma de amortização pode admitir pagamentos semanais, quinzenais, mensais ou semestrais, de acordo com as características de cada negócio e a opção do cliente. Quando destinados à agricultura, metade dos recursos são liberados no começo do plantio e metade na época da colheita.



TRANSPARÊNCIA E CONFIANÇA

O limite máximo do primeiro empréstimo é de R\$ 1.000,00, chegando a R\$ 1.500,00 a partir do terceiro empréstimo. O cliente deve estar filiado a alguma associação há pelo menos seis meses, pois toda a operação se desenvolve por intermédio dessas entidades, a começar pela divulgação das informações sobre o Fundo e pelo cadastramento do interessado. Em seguida, seu nome é submetido à apreciação da assembleia geral e da diretoria da associação. Só então ele recebe a visita do agente de promoção de crédito, que pesquisa a

viabilidade do empreendimento e preenche a ficha de solicitação, encaminhando-a para o Comitê de Crédito do Fundaf.

Uma vez aprovado na reunião do Comitê, com a participação de representantes das comunidades, o empréstimo é avalizado pela diretoria da associação a que pertence o cliente, além de passar pelo aval solidário de pelo menos três pessoas, também membros da associação, antes de ser liberado. Após a liberação, o agente de crédito passa a visitar periodicamente os clientes e, no caso da aquisição de animais, acompanha a compra.

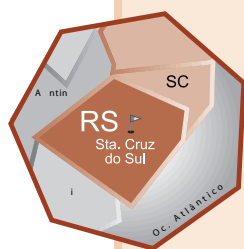
Se o pagamento de uma das parcelas do empréstimo atrasar mais do que trinta dias, o agente de crédito envia carta para a diretoria da associação comunitária da qual o cliente é membro, bem como para o grupo solidário que avalizou seu empréstimo. A pendência deve ser resolvida dentro de trinta dias, sob pena de suspensão de todas as operações de crédito naquela comunidade, até a quitação do débito. Dessa forma, os agricultores se sentem obrigados a saldar suas dívidas, porque dependem da associação para conseguir ferramentas e insumos.

— ■ —
Em dois anos de existência,
o Fundaf contabiliza mais de
R\$ 930 mil investidos no
município, correspondentes
a mais de 1300 empréstimos
— ■ —

Em dois anos de existência, o Fundaf contabiliza mais de R\$ 930 mil investidos no município, correspondentes a mais de 1300 empréstimos. O índice de inadimplência tem se mantido sempre inferior 2% e a taxa de juros é de 2% ao mês, com previsão de queda devido à elevação do volume de recursos captados.

A metodologia limita a possibilidade de ingerência política, uma vez que os critérios são bem definidos e explicitados nas reuniões entre os agentes de crédito e as associações. Como a concessão do crédito depende de um consenso caso a caso entre as instituições parceiras (Nudec, outras associações e Visão Mundial) não há possibilidade de ocorrerem privilégios.

Promovendo a confiança em pessoas que possuem pouco mais do que o valor da própria palavra, o Fundaf possibilita também que essas pessoas abandonem a passividade e se tornem cidadãos qualificados, capazes de dialogar com o poder público municipal e com outras instituições, como o Sebrae, o Banco do Nordeste e o BNDES. ■



PROGRAMA JOÃO DE BARRO - BOM-PLAC

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Santa Cruz do Sul, RS

INSTITUIÇÃO:
Secretaria de Habitação, Conservação e
Segurança do Município

CONTATO:
Leandro Agostinho Kroth

ENDEREÇO:
Rua Sete de Setembro, 345
Santa Cruz do Sul, RS
Cep 96810-120
(51) 715-2422

Menos lixo, mais casas

PROGRAMA JOÃO DE BARRO – BOM-PLAC

Com a reciclagem de pneus e a mão-de-obra dos presos, Santa Cruz do Sul (RS) inventou um jeito simples e barato de construir moradias populares

A Secretaria Municipal de Habitação, Conservação e Segurança do Município de Santa Cruz do Sul (RS) descobriu um modo de aproveitar, na construção civil, a borracha dos pneus descartados. Ao mesmo tempo, a iniciativa produziu um jeito simples, rápido e barato de construir casas populares. A preocupação em reciclar os pneus, cuja decomposição demora séculos, justifica-se pelos transtornos que eles causam ao meio ambiente, ocupando o leito dos rios e os terrenos abandonados, onde a água acumulada em seu interior facilita a proliferação do mosquito transmissor da dengue. Por outro lado, Santa Cruz do Sul tem necessidade de construir casas populares com rapidez e baixo custo,

tendo em vista um déficit habitacional superior a 5 mil domicílios.

Com pouco mais de 100 mil habitantes, 87% dos quais concentrados na zona urbana, o município gaúcho assiste ao crescimento desordenado de sua região sul. No local, a existência da rodovia BR 471 levou à instalação de um distrito industrial. Este, por sua vez, atraiu milhares de trabalhadores, que ali fixaram residência. Eles habitam moradias precárias de madeira, enegrecidas pela umidade, levantadas sobre pequenas bases de alvenaria, cobertas com telhas de amianto ou chapas de zinco. Parte dessas moradias foi construída em encostas de média declividade e na beira de córregos, colocando em risco alguns moradores.

BORRACHA, MADEIRA, PLÁSTICO E CIMENTO

As pesquisas sobre o aproveitamento da borracha de pneu na construção começaram por iniciativa do engenheiro Leandro Agostinho Kroth, que desde a década de 80 trabalha na Secretaria. Ao ser nomeado titular do órgão, na atual gestão, Kroth avistou a possibilidade de expandir tais experiências. A idéia é misturar a borracha dos pneus à argamassa feita com cimento, areia e água. A argamassa serve

Os pneus demoram séculos para se decompor e acumulam água, facilitando a proliferação do mosquito transmissor da dengue

para moldar pilares armados com barras de aço e placas retangulares, fixadas nos pilares por meio de uma peça de madeira que recobre a face interna do pilar. O conjunto forma as paredes externas das edificações.

O sistema recebeu o nome de “Bom-Plac” – Borracha, Madeira,

PLástico e Cimento, sendo que o plástico, também reciclado, deve servir para o revestimento das casas, a partir de uma pesquisa iniciada recentemente pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Depois de alguns testes com o material, a prefeitura iniciou em setembro de 97 a construção de cinco casas, que serviriam de protótipo do novo sistema. Erguidas em terrenos da administração municipal, as casas custaram R\$ 3.700,00 cada uma. Além do emprego da borracha de pneus usados, contribuiu para a diminuição do custo a utilização da mão-de-obra dos presos do Presídio Estadual de Santa Cruz do Sul, por meio de uma parceria com o Poder Judiciário. Os presos recebem um

salário mínimo por mês pela fabricação das placas e pilares e ganham um dia de redução da pena para cada três dias trabalhados.

Em julho de 1998, a Secretaria viu-se obrigada, por ordem judicial, a remover 48 famílias que moravam em uma encosta com risco de deslizamento, no bairro Santuário, zona sul da cidade. Iniciou-se um processo de organização desse grupo para que construíssem novas moradias, utilizando o sistema Bom-Plac, trabalhando em regime de mutirão e aproveitando um terreno cedido pela prefeitura, com todo o custo da construção pago pelos cofres municipais. Era o início do Programa João de Barro.

Ao longo do período de construção das casas, a psicóloga social da Secretaria de Habitação, Conservação e Segurança desenvolveu o Programa Social Educativo, que organizou uma série de reuniões, palestras e discussões com os grupos de moradores sobre temas ligados à saúde, higiene física, lixo, problemas ambientais, arborização, adubo orgânico, dentre outros. Para essas atividades, foram chamados profissionais de outras secretarias, órgãos técnicos e entidades não governamentais. Procurou-se evitar que as unidades habitacionais fossem vendidas logo após a entrega das chaves, pois seus moradores ainda não são os proprietários oficiais do imóvel.

Os presos recebem um salário mínimo por mês pela fabricação das placas e pilares e têm um dia de redução da pena para cada três dias trabalhados

NOVOS EMPREENDIMENTOS

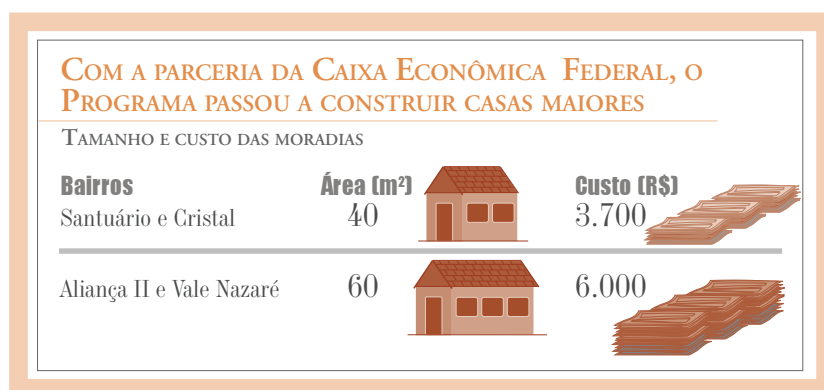
Entre março e julho de 1999, foram construídas mais 35 casas com o sistema Bom-Plac no bairro Cristal. As famílias que passaram a morar nessas casas já haviam sido sorteadas para um outro programa habitacional, a ser executado com recursos do governo federal. Como esses recursos não foram liberados, a Secretaria assumiu a tarefa de construir as casas. Mais uma vez, utilizaram-se áreas públicas, parceladas em lotes de 150 m², nos quais foram edificadas as casas Bom-Plac, em regime de mutirão.

Os recursos para a construção também vieram do orçamento municipal e serão devolvidos pelos moradores com o pagamento de prestações mensais, em prazos que variam de 5 a 8 anos. As famílias

beneficiadas têm renda entre 1 e 5 salários mínimos e a prestação varia de R\$ 36,00 a R\$ 45,00, com reajuste pelo IGP-M.

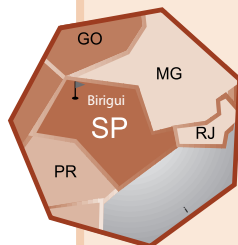
O empreendimento mais recente do Programa difere um pouco dos anteriores e deve ficar pronto em novembro de 2001. No bairro Aliança II, estão sendo construídas no sistema Bom-Plac mais 33 casas em regime de mutirão. Desta vez, porém, as casas serão maiores, com quase 60 m² (20 m² a mais do que as anteriores), em terrenos de 260 m². O custo de construção de cada unidade habitacional também aumentou, passando para R\$ 6 mil. A ampliação do tamanho das casas e do custo de construção foi possível graças à participação da Caixa Econômica Federal, que financiou a aquisição dos materiais por parte dos moradores.

Quando essas unidades ficarem prontas, a prefeitura de Santa Cruz do Sul terá entregado para a população 116 moradias construídas com o sistema Bom-Plac, que também foi usado na construção de um abrigo para moradores de rua e de um centro recreativo infanto-juvenil. Outras 114 casas deverão ser construídas no bairro Vale Nazaré, também com a participação da Caixa Econômica Federal. Nesse novo conjunto habitacional, ao contrário do que aconteceu



nos três primeiros, os futuros moradores terão escritura. A falta de regularização fundiária era, até agora, uma característica negativa da experiência, a exemplo de grande parte dos programas habitacionais brasileiros.

No que se refere ao aspecto ambiental, o Programa também será incrementado, graças à pesquisa para introduzir no sistema Bom-Plac resíduos plásticos que sirvam para revestir as casas. Mesmo antes desse aperfeiçoamento, o sistema já despertou o interesse de outras prefeituras, como a de Natal, e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), interessadas na reciclagem dos pneus.



PROGRAMA CIDADANIA NO CÁRCERE

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Birigüi, SP

INSTITUIÇÃO:
Poder Judiciário de Birigüi

CONTATO:
Antônio Osmar Tasquim

ENDEREÇO:
Rua Bento da Cruz, 805
Birigüi, SP
Cep 16200-000
(18) 642.6794

A cadeia humana

PROJETO CIDADANIA NO CÁRCERE

Em Birigüi (SP), os presos são tratados com dignidade e respeito e até ajudam na administração da Cadeia Pública

Até recentemente, a Cadeia Pública de Birigüi (SP) vivia a mesma rotina de quase todo o sistema carcerário brasileiro: fugas, rebeliões, superlotação, denúncias de abusos cometidos pela polícia, etc. No segundo semestre de 1998, uma grande rebelião acabou incendiando e destruindo toda a Cadeia.

Antes que o barril de pólvora explodisse, porém, a comunidade local havia começado a se mobilizar para mudar a situação dos presos. Já em 1995, a juíza Jacira Jacinto da Silva, da Segunda Vara Judicial da Comarca de Birigüi, havia constituído o Conselho da Comunidade para Execução de Sentenças de Acordo com a Lei de Execução Penal. Três anos depois, Jacira começou a discutir com delegados, promotores, empresários, educadores e outros membros

da comunidade um novo modelo de funcionamento da Cadeia Pública. Formou-se, dessa forma, a Associação de Proteção e Assistência Carcerária (APAC), uma organização civil sem fins lucrativos que tem por objetivo ressocializar as pessoas que cumprem sentença judicial na Cadeia Pública de Birigüi. Na prática, isso significa transformar a prisão num local capaz de reeducar os presos e prepará-los para sua volta à sociedade.

— ■ —
Desde que foi reconstruída,
a Cadeia não registra ne-
nhuma fuga ou rebelião e
cessaram as denúncias de
violência ou abuso de po-
der por parte dos policiais

— ■ —

Tendo em vista esse desafio, após a rebelião de 1998 a comunidade e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo se uniram para a reconstrução, mas a cadeia que surgiu dessa parceria é bem diferente da anterior. Para começar, logo ao ingressar no novo estabelecimento o preso (tam-

bém chamado de reeducando) recebe o *Manual de Orientação ao Preso*, que explica o funcionamento da APAC, e a *Cartilha dos Direitos e Deveres do Preso*. Um dos direitos é a participação na gestão da Cadeia, por intermédio da APAC, seja apenas como simples membro da Associação, seja como integrante do Conselho da Sindicância e da Solidariedade, ou ainda do Conselho de Disciplina Interna.

— ■ ■ —
TRABALHO, ESTUDO E APOIO À FAMÍLIA

Inspirada em experiências anteriores dos municípios de São José dos Campos (na década de 70) e de Bragança Paulista, a APAC de Birigüi desenvolve seu trabalho em parceria com o Poder Judiciário, o Ministério Público, as Polícias Civil e Militar, a Prefeitura, a Delegacia de Ensino, empresários, grupos religiosos e voluntários. O projeto *APAC – Cidadania no Cárcere* oferece aos presos trabalho, acesso à escola; assistência médica, odontológica, jurídica, social e religiosa.

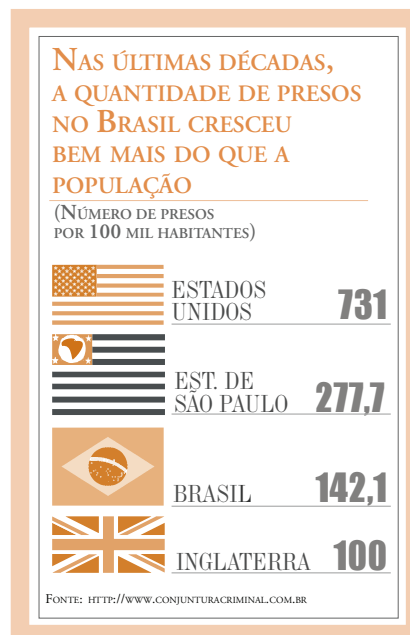
Num barracão anexo à Cadeia, 70 reeducandos trabalham na Oficina Abrigada, que foi construída com doações da comunidade em um espaço da Secretaria de Segurança Pública. Ali, eles montam componentes para transformadores, executam serviços de gráfica, confeccionam etiquetas; compõem fivelas, cortam materiais para a indústria de calçados; descascam alhos; embrulham velas e fazem artesanato. As atividades são divididas entre equipes, cujo tamanho

varia de acordo com a quantidade de trabalho. Cada equipe trabalha para uma empresa e é coordenada por um reeducando. Atualmente, oito empresas da região utilizam a mão-de-obra dos presos que, além da remuneração, ganham um dia de remissão da pena para cada três dias de trabalho.

No mesmo espaço funcionam também duas salas de telecurso, uma para a suplência de 1ª à 4ª série do ensino fundamental e outra para a suplência de 5ª à 8ª série. Todo o material didático e escolar é fornecido pela prefeitura e pela Diretoria Regional de Ensino. A comunidade, por sua vez, doou mais de mil livros para a formação de uma biblioteca, que está sob os cuidados de um dos reeducandos.

Três advogados voluntários visitam a Cadeia semanalmente, a fim de prestar assistência jurídica aos presos. Eles fornecem informações sobre o andamento do processo, orientam sobre a solicitação de benefícios (como auxílio-reclusão, progressão da pena, livramento condicional, saídas provisórias, etc.) e providenciam a emissão de documentos. Uma equipe de assistentes sociais tem visitado as famílias dos presos, procurando atender a algumas de suas necessidades, como o fornecimento de cestas básicas. Também fazem um acompanhamento em relação aos que acabaram de sair da prisão.

Como meio de expressão artística e forma de recuperação da autoestima, os presos da Cadeia Pública de Birigüi formaram um coral e um grupo de teatro. Além disso, realizam cultos religiosos e festas, que contribuem para o estreitamento de seus vínculos familiares.



O CAMINHO DE VOLTA

Todas essas atividades estão sob a coordenação da equipe de profissionais e de voluntários que formam a APAC, entre os quais os 13 membros da diretoria, que não é remunerada. Com uma receita de pouco menos de R\$ 29 mil no ano passado, a Associação obtém

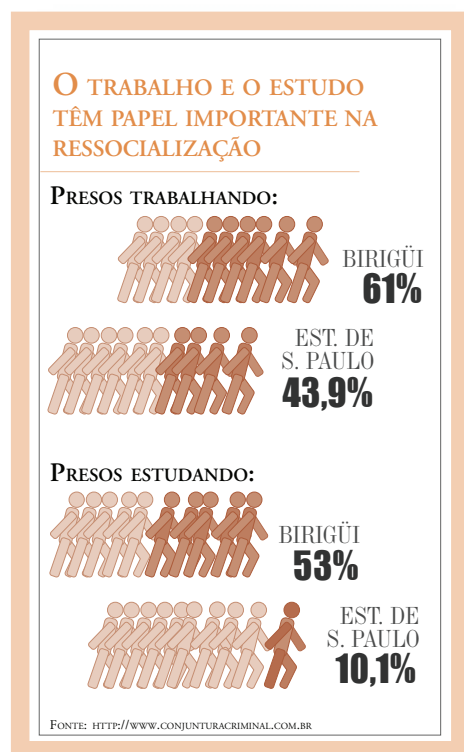
todos os seus recursos financeiros de doações, da promoção de eventos, e do repasse, pelos presos, de 25% do que recebem pelo trabalho na Oficina Abrigada. A prefeitura de Birigüi cede seis funcionários e doa alguns materiais para o funcionamento da entidade. A Delegacia de Ensino fornece o material didático do telecurso e cede um professor.

Entre os planos da entidade, figura a construção de uma cozinha industrial para que os próprios reeducandos preparem as refeições, aperfeiçoando um trabalho que já contabiliza muitos resultados positivos.

Em julho de 2001, a Cadeia Pública de Birigüi abrigava 115 presos (12 em cada cela) e não registrava nenhuma fuga ou rebelião desde que foi reconstruída. Só neste ano, 44 presos passaram para o regime aberto e para o livramento condicional. Desses, 38 estão trabalhando, sendo que a Apac conseguiu emprego para 12 deles. Mais da metade dos presos estuda.

No que se refere à Polícia Militar, embora ainda haja muito por fazer para a mudança de seu comportamento em relação aos presos, chama a atenção o fato de que ces-

saram as denúncias de violência ou abuso de poder por parte dos policiais. A ampliação do acesso das pessoas à Cadeia também inibiu a violência policial contra os presos e entre eles próprios. Hoje, quem visita a Cadeia Pública de Birigüi se surpreende com o carinho, a confiança e a solidariedade que prevalecem em seu interior. Outra boa surpresa é a discussão dos problemas em equipe e a participação dos presos na gestão da Cadeia, sugerindo mudanças e assumindo responsabilidades que os recolocam no caminho não apenas da liberdade, mas também da cidadania. ■



Os resultados surpreenderam a população local, os membros da prefeitura, do governo do Estado e muitos “especialistas em seca”. Nas áreas de aluvião, em torno do leito de rios ou riachos secos, é possível encontrar água boa para o consumo durante grande parte do ano, cavando poços de baixa profundidade com um equipamento muito simples, operado manualmente.

Em tais áreas, cujo solo é composto basicamente de areia e argila, a água das chuvas se acumula em lençóis subterrâneos próximos à superfície, onde permanece mesmo quando secam os rios. Cavando po-

Os resultados surpreenderam a população local, os membros da prefeitura, do governo do Estado e muitos “especialistas em seca”

ços tubulares rasos em torno dos leitos desses rios, pode-se encontrar água com boa vazão e salinidade própria para o consumo, o que nem sempre ocorre quando são perfurados poços profundos.

O desafio inicial do Projeto Pingo D’Água era quebrar a arraigada crença de que no sertão não

existe água. Depois que o primeiro poço foi perfurado, em 1998, muitos não acreditavam no que viam. E ao ver, apostavam que aquela água não duraria muitos dias. Hoje, seis comunidades já dispõem de sistema de abastecimento de água, a partir de poços tubulares. Em dois anos, foi eliminado o uso de carros-pipa nessas localidades.

PLANTIO DE FRUTAS NO SEMI-ÁRIDO

Analisando a qualidade da água e a vazão dos poços perfurados, a equipe do Projeto percebeu que poderia ir além do abastecimento para consumo. Era possível partir para a geração de renda, por meio da agricultura irrigada. Difícil foi encontrar produtores dispostos a acreditar na experiência, ainda mais quando descobriam que se pretendia desenvolver a fruticultura.

Dois agricultores toparam o desafio, receberam apoio da prefeitura e testaram a idéia, financiados pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), por intermédio do Banco do Nordeste. O primeiro plantio aconteceu em março de 1999, com sementes, mudas e assistência técnica fornecidas pela prefeitura, que também apoiou a comercialização da safra. Foram colhidos feijão, milho, banana, mamão, melão e melancia.

Atualmente, há 18 projetos financiados pelo Banco do Nordeste em Quixeramobim e vários outros estão em andamento. A prefeitura constituiu um fundo de aval, que garante até metade do valor de cada projeto. A outra metade é garantida pelos próprios agricultores, por meio de aval solidário. Cada hectare plantado gera pelo menos R\$ 500,00 e dois empregos. Os agricultores têm obtido boa rentabilidade e vendem toda a produção de frutas. Alguns também plantam feijão, milho e legumes para consumo da família.

Entre 1998 e 2000, foram investidos na experiência cerca de R\$ 250 mil, segundo estimativa do prefeito, incluindo recursos do município, do governo do Ceará e de outros parceiros. Outros R\$ 250 mil estão sendo investidos pela prefeitura em 2001, além dos recursos oriundos de parcerias para itens específicos.

Os resultados alcançados até este momento animam o grupo que iniciou o Projeto e os seus parceiros – secretarias de Agricultura Irrigada, de Recursos Hídricos, de Desenvolvimento Rural e de Infra-Estrutura do Ceará, Universidade Estadual do Ceará, universidades francesas ENITHP e UFR, Sebrae, Senar, Centro Vocacional Tecnológico, Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar e Banco do Nordeste. O Pingo D'Água tornou-se conhecido em várias partes do País e está motivando muitos prefeitos e o governo do Ceará a investir em soluções desse tipo em outros municípios.

— ■ —
Em torno do leito de rios ou riachos secos, é possível encontrar água boa para o consumo durante grande parte do ano, cavando poços de baixa profundidade
— ■ —

A PREOCUPAÇÃO COM O LONGO PRAZO

— ■ ■ —
A ênfase não está na tecnologia, que é extremamente simples, e sim na mudança de mentalidade. Trata-se de demonstrar claramente a possibilidade de obter água de boa qualidade no sertão, sem gastar muito dinheiro, e ainda alcançar bons resultados na agricultura. O equipamento de perfuração dos poços já era usado há algum tempo no litoral do Nordeste. Custa entre R\$ 1.700,00 e R\$ 2 mil e passou a ser produzido por uma pequena empresa do município.

A prefeitura comprou mais de 50 unidades, cedendo-as para

que os próprios moradores façam a perfuração manual do poço, orientados por técnicos municipais. A perfuração de cada poço leva de dois a sete dias, dependendo da profundidade do lençol d'água e das condições do solo. Depois, os moradores gastam cerca de R\$ 200,00 com a compra de tubo de PVC, telas e tachinhas para a conservação do poço. Quando a vazão não é boa ou a salinidade é muito alta, cava-se num local próximo, até que se encontre a localização adequada.

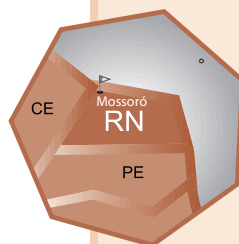
A fim de garantir a recuperação do lençol freático e a sustentabilidade do fornecimento de água, o Projeto prevê a construção de barragens subterrâneas. A equipe realiza um monitoramento dos poços, visando a restringir sua utilização, quando necessário. Para isso, todos os poços perfurados são cadastrados, e duas vezes por ano se faz um levantamento sobre o nível e a salinidade da água. Uma amostragem de tais indicadores, realizada mensalmente, também revela se os poços podem continuar a ser utilizados.

O Pingo D'Água tornou-se conhecido em várias partes do país e está motivando muitos prefeitos e o governo do Ceará a investir em soluções desse tipo

Até julho de 2001, haviam sido perfurados 261 poços, mas apenas 61 estavam em funcionamento. Os outros 200 aguardavam instalação de energia elétrica ou o desenvolvimento dos projetos para abastecimento e irrigação. Uma nova etapa do projeto de irrigação está em andamento, priorizando a

plantação de pimenta tabasco, a ser beneficiada por uma empresa que está se instalando no município. O Projeto prevê a perfuração de mil poços até 2004, com a implantação de mil hectares de agricultura irrigada e a criação de 2 mil empregos no campo.

A prefeitura e os parceiros do Projeto procuram capacitar os agricultores e incentivam-nos a se organizar em associações. A idéia é que as associações cuidem do planejamento da produção e da comercialização, além de oferecer apoio técnico aos associados, inclusive para a gestão dos negócios. Isso não significa que a prefeitura deixará de apoiar os agricultores, mas sinaliza sua preocupação com a manutenção e o crescimento do Projeto no longo prazo, o que depende da organização da própria comunidade. ■



PROJETO ÁGUA VIVA / PROJETO LUZ DO SOL

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Mossoró, RN

INSTITUIÇÃO:
Gerência Executiva de Agricultura
e Recursos Hídricos da
Secretaria de Desenvolvimento
Econômico do Município

CONTATO:
Antônio Gilberto de Oliveira Sales

ENDEREÇO:
Av. Francisco Mota, s/nº
Mossoró, RN
Cep 59600-000
(84) 312-5335

O fim da escuridão e da seca

PROJETO ÁGUA VIVA / PROJETO LUZ DO SOL

Em Mossoró (RN), o governo municipal transforma a energia solar em energia elétrica e capta água onde a Petrobras não encontra petróleo

O município de Mossoró, situado próximo à divisa com o Estado do Ceará, é o segundo mais populoso do Rio Grande do Norte, com cerca de 213 mil habitantes, dos quais 7% estão espalhados por 96 comunidades ou assentamentos rurais. Até recentemente, essa parte da população não contava com o abastecimento de água nem de energia elétrica.

Mossoró localiza-se em uma região muito seca, com uma quantidade pequena de água superficial. Mesmo a água encontrada nos primeiros 500 metros de profundidade é salgada, inviabilizando a

captação para consumo humano por meio de poços tubulares rasos (150 metros).

O jeito é construir poços profundos, como o que abastece a zona urbana. No entanto, o elevado custo de sua construção e a grande extensão do município (o maior do Estado) impedem que outros poços profundos sejam construídos para abastecer as comunidades rurais. Por isso, tais comunidades sempre dependeram dos carros-pipas e alguns moradores tinham de se deslocar até 10 quilômetros para buscar água.

Com a instalação de dessalinizadores, porém, torna-se possível aproveitar a água dos poços rasos. Além disso, mesmo sendo imprópria

para o consumo humano, a água salgada pode servir para a agricultura, uma das principais atividades econômicas de Mossoró. Pensando nessas alternativas, a administração do município construiu, em 1997, cinco poços tubulares

rasos em comunidades rurais, dando início ao Projeto Água Viva. Hoje, a maior parte das comunidades possui abastecimento de água, que beneficia cerca de 13 mil pessoas na zona rural.



CONVÊNIO COM A PETROBRAS

Embora nem todas as comunidades contem com os dessalinizadores, a água fornecida pelo Projeto permite a irrigação da lavoura e a criação de animais, possibilitando a geração de emprego e renda e a fixação do homem no campo. Juntamente com os poços, foram construídos chafarizes e instalações de armazenamento da água.

A Gerência Executiva de Agricultura e Recursos Hídricos da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Mossoró, responsável pelo Projeto, também firmou um convênio com a Petrobras, que viabiliza a perfuração de alguns poços profundos. Mossoró tem o maior ponto de extração de petróleo, em terra, do país. Pelo acordo, a empresa adapta para a captação de água os poços em que não encontram petróleo. Por meio de adutoras, essa água chega às comunidades, onde é armazenada em chafarizes.

O sistema de bombeamento da água funciona com a energia solar

fornecida pelo Projeto Luz do Sol, também sob responsabilidade da Gerência Executiva da Agricultura e Recursos Hídricos. O Projeto tem por objetivo garantir o acesso à energia elétrica das famílias dispersas em pequenos núcleos da zona rural. Estender as redes de transmissão e distribuição de energia elétrica para essas comunidades teria um custo muito alto e o número de famílias a serem atendidas não desperta o interesse da companhia estadual de eletricidade. Diante de tais dificuldades, o governo municipal resolveu investir na transformação da energia solar em energia elétrica.

Cada família atendida pelo Projeto Luz do Sol recebe um conjunto de equipamentos para captação e transformação da energia solar (placas fotovoltaicas, baterias, controladores de carga, etc.). O morador beneficiado assina um contrato de empréstimo, comprometendo-se a devolver os equipamentos caso mude de endereço ou a região passe a ser atendida pela rede convencional de energia elétrica.

Ambos os Projetos seguem roteiros de implementação muito semelhantes entre si. Primeiro, há uma fase de sensibilização da comunidade, com a visita da equipe técnica aos líderes comunitários e a realização de reuniões com as famílias, a fim de avaliar a necessidade de abastecimento de água e divulgar a tecnologia para a geração de eletricidade. O segundo passo é o cadastramento dos interessados e a elaboração de estudos para dimensionar o sistema de abastecimento a ser implantado ou a quantidade de placas fotovoltaicas a serem distribuídas. Também nessa etapa se faz um estudo sobre a geologia da região, além de se pesquisar a existência de poços da Petrobras. A equipe ainda procura identificar agricultores familiares que possam desenvolver futuros projetos produtivos.

Após a construção dos poços, chafarizes e adutoras e a instalação dos equipamentos de geração de energia, o governo municipal realiza o treinamento dos usuários. Eles aprendem a usar os dessalinizadores e recebem visitas periódicas para ter orientações quanto à manutenção e utilização das placas fotovoltaicas.



COM A LUZ, CHEGAM O RÁDIO, A TV E A GELADEIRA

Até julho de 2001, 180 residências contavam com placas fotovoltaicas e acessórios (luminárias, lâmpadas, fios, bateria e tomadas). Tais equipamentos também estavam presentes em oito edificações de uso comunitário (escolas, igrejas, creches, centros comunitários). Havia, ainda, 13 sistemas de bombeamento de água com energia solar.

No caso do abastecimento de água, existe um trabalho da Gerência Executiva de Agricultura e Recursos Hídricos no sentido de estimular a gestão dos equipamentos (poços, chafarizes, dessalinizadores) pelas próprias comunidades, induzindo-as a se organizarem.

Ao mesmo tempo, busca-se incentivar a geração de renda para a população rural. Pequenos produtores podem construir poços tubulares rasos em parceria com a prefeitura, que assume os custos de construção. Os agricultores entram com o fornecimento dos materiais de consumo e a alimentação das equipes de campo durante a execução dos serviços.

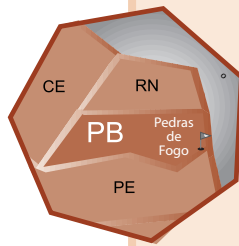
Com o acesso à água, um grupo de produtores conseguiu financiamento do Pronaf e passou a cultivar frutas para a exportação

O acesso à água permitiu, inclusive, que um grupo de produtores conseguisse um financiamento do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), passando a cultivar frutas destinadas à exportação.

Para as comunidades, as principais conquistas proporcionadas pela auto-suficiência no abastecimen-

to de água são a melhoria das condições de saúde – indicada pela redução do número de casos de diarreia e de mortalidade infantil – e o fim das práticas clientelistas que cercavam o serviço. Com a utilização da energia solar, tais comunidades também passam a receber informações do rádio e da televisão. Abre-se para as famílias a possibilidade de ter geladeira e conservar os alimentos.

Por fim, contabilizam-se os efeitos indiretos das duas iniciativas. A tecnologia do Projeto Água Viva foi adotada por municípios vizinhos a Mossoró, inclusive nos Estados do Ceará e da Paraíba. Já o Projeto Luz do Sol atraiu para o município uma representação da indústria alemã Siemens, que se instalou na cidade para aumentar suas vendas de placas fotovoltaicas e equipamentos de transformação da energia solar. ■



PROGRAMA AUTÓPSIA VERBAL

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Pedras de Fogo, PB

INSTITUIÇÃO:
Secretaria de Saúde e Ação Social
de Pedras de Fogo

CONTATO:
Edilane Monteiro

ENDEREÇO:
R. Dr. Manoel Alves da Silva, 150
Pedras de Fogo, PB
Cep 58328-000
(81) 3635-1064

Puxando o fio da meada

AUTÓPSIA VERBAL: INVESTIGAÇÃO DE ÓBITOS DE MENORES DE 1 ANO

Descobrir as causas das mortes de crianças com menos de um ano foi o primeiro passo para a prefeitura de Pedras de Fogo (PB) melhorar o atendimento médico à população

A investigação sobre as causas da morte de crianças com menos de um ano está servindo para que a Secretaria de Saúde do município de Pedras de Fogo, na Zona da Mata paraibana, faça uma profunda reavaliação de seu trabalho e do atendimento prestado à população. A necessidade de conhecer essas causas pode parecer óbvia, mas o fato é que muitas crianças sequer são registradas ao nascer. Ao morrerem os bebês, principalmente na zona rural, seus pais nem sempre faziam atestado de óbito e, quando o faziam, o documento dava a *causa mortis* como ignorada.

Some-se a isto o fato de que, em Pedras de Fogo, como em várias cidades do Nordeste, a morte de crianças menores de um ano era uma ocorrência comum, considerada até com naturalidade pela população e pelos profissionais de saúde. Quando começaram a trabalhar na Vigilância Epidemiológica do município, há três anos, as enfermeiras Edilane Monteiro e Maria de Lourdes Farias constataram que em 1998 haviam

— ■ —
A única maneira de descobrir as causas dos óbitos seria conversar com quem estivera em contato com as crianças que haviam morrido nos últimos anos
— ■ —

ocorrido 127,8 mortes por mil nascidos vivos, sendo que 72% eram de causa ignorada. Uma pesquisa nos cartórios do município, cobrindo o período 1988-1998, mostrou que ao longo de outros cinco anos também era desconhecida a causa de 100% dos óbitos de menores de um ano. Como melhorar as condições de saúde e reduzir a mortalidade infantil se não

se sabia nem mesmo os motivos que levavam à morte dos bebês?

A única maneira de descobrir as causas seria conversar com quem estivera em contato com as crianças que haviam morrido nos últimos anos – familiares, comunidade e serviço de saúde. Estas conversas seriam, de certa forma, a ponta do novelo que permitiria ao serviço público de saúde analisar-se a si mesmo, constatar os seus limites e buscar novas formas de atender à população.

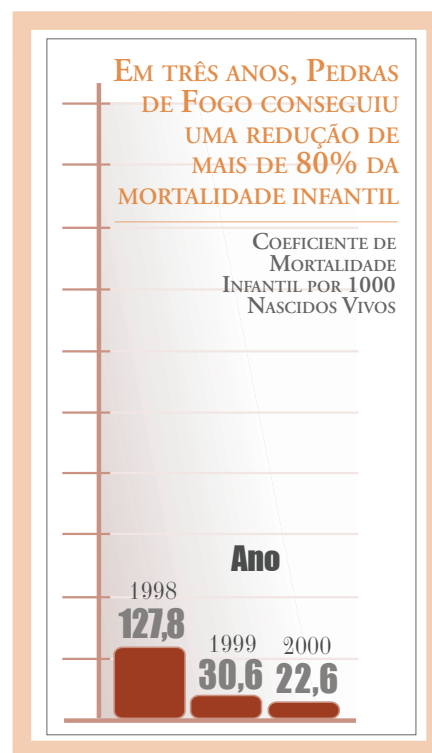
— ■ ■ —
DIREITO À VIDA

Edilane e Maria de Lourdes aproveitaram o questionário e a metodologia que haviam aprendido quando trabalhavam na Secretaria de Saúde de Quixadá (CE), um processo conhecido como Autópsia Verbal. O questionário contém 71 perguntas que abordam desde a identificação da criança e da mãe e a situação socioeconômica dos pais, até os sintomas apresentados pela criança na hora do óbito, passando pelo histórico da gestação, pelas condições do parto e de partos anteriores, além da vacinação, da alimentação e do crescimento da criança. Também são abordados o atendimento no serviço de saúde e a opinião da mãe sobre as possíveis causas do óbito. Além da entrevista com os pais e pessoas que estavam em contato com a criança falecida – como o agente comunitá-

rio de saúde, a parteira e a rezadeira – o processo prevê ainda que, no caso de o óbito ter ocorrido em alguma unidade de saúde, seja feito um levantamento sobre o atendimento prestado desde o momento em que a criança entrou na unidade, verificando-se os prontuários, identificando-se as medidas adotadas e conversando com os profissionais que participaram (ou deveriam ter participado) de cada etapa do atendimento.

Como era impossível fazer tal investigação sobre todas as mortes ocorridas ao longo dos dez anos estudados, as duas enfermeiras decidiram fazê-la apenas em relação a cinco óbitos ocorridos em 1999. Descobriram que, das cinco mortes, quatro tinham causas evitáveis, em geral associadas à falta de atendimento rápido e adequado. A descoberta foi o ponto de partida para uma discussão com todos os profissionais de saúde envolvidos nesses casos. O objetivo não era apontar culpados, mas fazer com que cada profissional percebesse a própria responsabilidade na garantia do direito à vida.

Atualmente, todos os óbitos de crianças menores de um ano são investigados, mesmo que, aos poucos, quase não haja mais mortes de causa ignorada. A Autópsia Verbal é mantida como um espaço para a avaliação do sistema de saúde e para a capacitação da equipe, desde os agentes comunitários até os hospitais-referência de João Pessoa, onde nascem e são atendidas muitas das crianças de Pedras de Fogo. O método foi adotado, inclusive, pela Secretaria Estadual de Saúde, como um dos instrumentos para reduzir a mortalidade infantil na Paraíba, de aproximadamente 60 óbitos por mil nascidos vivos, o dobro da média nacional.



INSTRUMENTO PARA MUDANÇAS

No início, as equipes de saúde reagiram mal às reuniões para discussão das mortes de causa ignorada, temendo uma “caça aos culpa-

dos” mas, com o tempo, perceberam que tais reuniões servem para avaliar a assistência prestada à população. As discussões sobre as deficiências do serviço dão origem a outras ações, direcionadas para a ampliação do acesso e para a melhoria da qualidade do atendimento. São estas ações que têm proporcionado uma sensível diminuição da mortalidade infantil em Pedras de Fogo. Afinal, de nada adianta descobrir as causas das mortes de crianças se não for para evitar que outras mortes ocorram.

A prefeitura passou a investir no acompanhamento médico pré-natal de todas as gestantes e em puericultura. Juntamente com o processo de investigação dos óbitos, a Vigilância Epidemiológica começou a procurar também os nascidos vivos. Tanto os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) quanto as equipes do Programa Saúde da Família (PSF) ajudam a localizar as gestantes, acompanhando a gestação, o parto, fazendo a notificação, o registro, e acompanhando as crianças, especialmente no primeiro ano de vida.

A partir das autópsias verbais, os profissionais da área de saúde

— ■ —
As discussões sobre as deficiências do serviço dão origem a outras ações, direcionadas para a ampliação do acesso e para a melhoria da qualidade do atendimento
— ■ —

desenharam um perfil das crianças e gestantes de risco. As gestantes de risco são aquelas com menos de 19 anos ou mais de 35, com escolaridade abaixo do primeiro grau completo e situação de desnutrição. As crianças de risco são aquelas que nascem com menos de 2,5 quilos e com idade gestacional abaixo de 37 semanas. Estas gestantes e crianças,

identificadas pelos agentes comunitários de saúde, são inscritas num programa chamado “Cidadão do Futuro” e recebem atenção especial, com visitas semanais dos agentes comunitários e prioridade de atendimento na rede de saúde.

A melhoria desse atendimento é apenas uma dentre várias ações necessárias à conquista de uma vida saudável para crianças, mulheres e para todos os cidadãos de Pedras de Fogo. Como instrumento para atingir tal objetivo, a Autópsia Verbal tem se revelado extremamente importante, ajudando a evitar que os recém-nascidos morram por falta de assistência médica adequada. ■



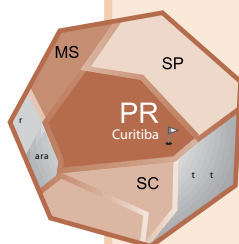
**PROGRAMA
MÃE
CURITIBANA**

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Curitiba, PR

INSTITUIÇÃO:
Secretaria de Saúde de Curitiba

CONTATO:
Edvin Javier Boza Jimenez

ENDEREÇO:
Av. Sete de Setembro, 3497
Curitiba, PR
Cep 80230-010
(41) 322-4222



Roteiro de uma gestação tranqüila

PROGRAMA MÃE CURITIBANA

Com uma série de mudanças na rede de saúde, Curitiba melhorou o atendimento à gestante, passando a acompanhá-la do início da gravidez ao pós-parto

Tendo em vista a diminuição da mortalidade de mulheres e de crianças durante os processos de gravidez e nascimento, a Secretaria de Saúde de Curitiba implantou um programa para melhorar o acesso e a qualidade do atendimento às gestantes, bem como da atenção aos bebês, nas unidades de saúde e nas maternidades. Lançado em 1999, o Programa Mãe Curitibana conseguiu, em dois anos, fazer com que 97% das gestantes da capital paranaense estejam vinculadas ao sistema público de saúde desde o início da gravidez.

O Programa inclui rotinas específicas para situações de baixo, médio e alto risco; dividindo-se em quatro fases: pré-parto, parto, puerpério e atenção ao bebê.

No pré-parto, realizam-se consultas e exames, juntamente com o fornecimento de vacinas, medicamentos e leite para a complementação

alimentar. Também nessa fase a gestante participa de uma oficina e faz uma visita guiada ao hospital onde dará à luz.

— ■ —
Um dos aspectos inovadores do Programa Mãe Curitibana é a classificação da baixa escolaridade materna entre os fatores de risco

No parto, a vinculação entre a unidade básica de saúde e o hospital garante que, a partir do conhecimento prévio sobre o nível de risco da gestação, o atendimento à parturiente

ocorra em local adequado. A vinculação ao hospital acabou com a “peregrinação das grávidas”, que algumas vezes precisavam se deslocar de hospital em hospital buscando uma vaga para internação.

No pós-parto são feitas duas consultas puerperais, uma até o 10º dia após o nascimento e outra em torno do 40º. Além dessas consultas, a usuária recebe a visita do agente de saúde. A partir daí, inicia-se o acompanhamento à criança, com consultas, exames e vacinas.

— ■ ■ —
MUDANDO AS ROTINAS E
INFORMATIZANDO O SERVIÇO

A operacionalização do Programa consistiu basicamente na criação e aplicação de um novo protocolo (conjunto de rotinas da prática médica) e na informatização do serviço, que trouxeram melhorias para os níveis técnico, administrativo e de relações humanas.

No *nível técnico*, introduziram-se a testagem, o controle e a garantia de tratamento obrigatório para a AIDS, a sífilis e a toxoplasmose, e aperfeiçoaram-se a detecção e o tratamento do diabetes gestacional, da infecção urinária e da isoimunização Rh.

No *nível administrativo*, foi implantada a informatização das unidades de saúde e desenvolveu-se um programa para o acompanhamento e o gerenciamento de todas as atividades. Isso permite monitorar os fluxos entre unidades de saúde e hospitais, prever as necessidades, além de fornecer subsídios à alocação de recursos.

No *nível das relações humanas*, estabeleceu-se a idéia do acolhimento solidário, buscando um relacionamento mais cordial entre profissionais e usuárias. Além de cordial, polido e interessado, esse acolhimento proporciona à gestante um processo educativo, pois um dos aspectos inovadores do Programa é a classificação da baixa escolaridade materna entre os fatores de risco. O processo educativo contempla a distribuição de material didático e a realização de oficinas, em linguagem clara e acessível. O objetivo é proporcionar à gestante melhor compreensão das transformações orgânicas, psicológicas e sociais relacionadas à gravidez e ao parto.

As Oficinas para Gestantes são organizadas pelas unidades de saúde, que procuram adequar a carga horária às necessidades das usuárias. Ao todo, são quatro módulos de oficina, cada um com quatro horas de duração. Para facilitar a fixação do conteúdo, as oficinas misturam conversas, vídeos e atividades lúdicas, como dramatizações, jogos e montagem de painéis.

Cada unidade de saúde também promove a visita da gestante ao hospital onde ocorrerá o parto. Nas visitas, guiadas por profissionais, as gestantes ficam conhecendo o percurso que farão quando forem internadas e são informadas de todos os procedimentos que poderão ocorrer.

A melhoria nas relações entre profissionais de saúde e usuários também está relacionada à participação efetiva da enfermagem na consulta, não apenas como a tradicional “ajudante” do médico. Em Curitiba, o usuário que procura a unidade de saúde é encaminhado para avaliação por um profissional da enfermagem, que seleciona e classifica o atendimento, deliberando qual o procedimento a adotar. Essa medida multiplica a quantidade de consultas oferecidas, agilizando o processo.

No Programa Mãe Curitibana, tal sistema possibilita o agendamento de consultas com periodicidade semanal, quinzenal ou mensal, conforme o grau de risco da gestação, sendo realizadas no dia e, muitas vezes, na hora marcada. No pré-parto dos hospitais, as enfermeiras obstetrias humanizam as rotinas, introduzindo musicoterapia, massagem e estimulando o uso do cavalinho e do banquinho “U”, (equipamentos que proporcionam relaxamento, aumentam a dilatação e diminuem a dor). Como grande parte dos atendimentos



é feita sem a intervenção do médico, este pode desenvolver melhor sua atividade, dispondo de tempo para dedicar a atenção necessária aos casos que exigem sua efetiva participação.

O FIM DA SOBRECARGA NAS MATERNIDADES

A hierarquização do sistema determina que o acesso seja organizado segundo a complexidade. Ações voltadas para a atenção básica, como os Programas Saúde da Família (PSF) e Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e a melhoria da qualidade dos serviços nas unidades básicas de saúde concorrem para evitar a sobrecarga de consultas nas maternidades e hospitais.


Há uma integração entre o trabalho dos agentes de saúde, das unidades básicas, das maternidades e da Secretaria. Todas as informações coletadas em cada um desses níveis são cadastradas em um prontuário informatizado, além de constar de forma resumida na Caderneta da Gestante, que fica sempre com a usuária.

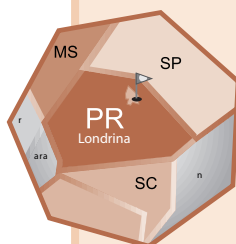
Como grande parte dos atendimentos é feita sem a intervenção do médico, este dispõe de tempo para os casos que exigem sua participação

do, além de constar de forma resumida na Caderneta da Gestante, que fica sempre com a usuária.

Ao visitar as residências, os agentes de saúde verificam na Caderneta da Gestante se ela compareceu às consultas marcadas, se fez todos os exames e se tomou as vacinas ou os medicamentos necessários.

Caso a unidade de saúde constate que a usuária faltou a uma consulta marcada, o agente é encarregado de visitar a gestante e orientar-lhe sobre a importância do pré-natal. Embora não seja capacitado para elaborar uma referência médica, o agente monitora o desenvolvimento da gravidez e promove o envolvimento das gestantes de sua microárea com o Programa.

Implementando a filosofia e a estrutura propostas pelo SUS, o Programa Mãe Curitibana se encarregou de adequar tais diretrizes às necessidades locais e criou uma estrutura que privilegia o controle social, a descentralização e a hierarquização dos serviços. No sentido inverso, seu funcionamento serviu de subsídio para a criação, pelo Ministério da Saúde, do Programa de Humanização no Pré-Natal e Nascimento e do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher. 



PROGRAMA UNI LONDRINA

ÁREA DE IMPLANTAÇÃO:
Região sul de Londrina, PR

INSTITUIÇÃO:
Universidade Estadual de Londrina

CONTATO:
Pedro A. Gordan

ENDEREÇO:
Av. Robert Koch, 60
Londrina, PR
Cep 86038-440
(43) 371-2348

Mais perto do povo

PROGRAMA UNI LONDRINA

Atuando em três frentes, esta experiência de Londrina (PR) promove a aproximação entre a universidade, os serviços de saúde e as comunidades

O Programa UNI Londrina (Prouni Ld), do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Londrina, começou a ser implementado no final de 1992, depois que o projeto elaborado pelo Centro foi aprovado pela Fundação Kellogg. Sediada nos Estados Unidos, a Fundação é a formuladora e principal patrocinadora dos Programas UNI em várias universidades e localidades latino-americanas.

Tais Programas têm três componentes: a universidade, a comunidade previamente delimitada e os serviços de saúde. Na universidade, promove-se a reformulação curricular e acadêmica, objetivando formar um profissio-

nal de saúde com práticas na comunidade, para um trabalho multidisciplinar e multiprofissional. Na comunidade, busca-se o desenvolvimento de lideranças e de organizações comunitárias. Nos serviços de saúde, os Programas UNI fomentam um modelo assistencial baseado na distritalização.

Em Londrina, o componente universitário do Programa é o Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Londrina, que engloba os cursos de medicina, enfermagem, fisioterapia, farmácia e odontologia. Após vencer algumas resistências do corpo docente, o Centro vem

— ■ —
Na universidade, promove-se a reformulação curricular e acadêmica, objetivando formar um profissional de saúde com práticas na comunidade
— ■ —

introduzindo uma ampla reformulação curricular, sobretudo nos cursos de medicina e enfermagem. As modificações têm por finalidade promover, desde os primeiros anos de formação profissional, a aproximação entre o ensino e a realidade das comunidades e dos sistemas locais de saúde. Até o momento, as maiores

mudanças atingiram os cursos de medicina e de enfermagem.

Essas mudanças consistem, primeiramente, na eliminação da grade curricular com o formato de disciplinas e na introdução de módulos temáticos. Com isso, disciplinas tradicionais da área médica, como anatomia, fisiologia, bioquímica e patologia passaram a integrar um único módulo. Assim, procura-se estudar cada tema (sistema respiratório, por exemplo) de uma forma multidisciplinar.

A metodologia de ensino também sofreu profundas alterações: abandonaram-se as aulas formais e a aprendizagem agora se concentra em pesquisas bibliográficas, em levantamento de dados e estágios nos sistemas locais de saúde e na comunidade, em palestras com especialistas sobre determinado tema e em reuniões com os professores. Estes passaram a coordenar a obtenção do conhecimento, mais do que transmiti-lo.

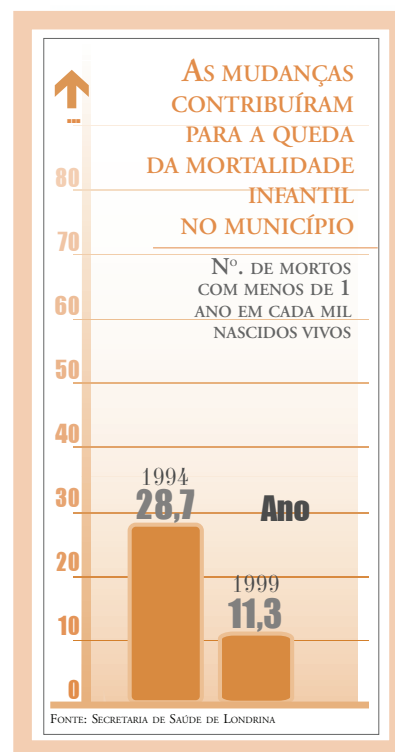
Juntamente com a Faculdade de Medicina de Marília (Fanema), também participante dos programas UNI, o Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual de Londrina foi pioneiro no Brasil na implantação desse novo currículo. Tal pioneirismo estimula intercâmbios de cooperação entre o Centro e outras instituições nacionais e internacionais, além de visitas de pesquisadores nas áreas de saúde e educação. Atualmente, o Centro de Ciências da Saúde sedia a secretaria executiva da Rede Unida – que incorpora as iniciativas UNI e outras instituições brasileiras na área de saúde, tendo a preocupação de debater modelos de educação de profissionais de saúde e sua relação com os sistemas de saúde locais.

A PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES

O componente comunitário do Programa UNI Londrina é formado por dez bairros e sete distritos rurais, com mais de 130 mil habitantes, na região sul do município. Trata-se de uma região que cresceu com o êxodo rural das últimas três décadas, provocado principalmente pela queda da produção cafeeira. Aos poucos, a massa de trabalhadores rurais se instalou em áreas públicas e privadas do perímetro urbano e iniciou um processo reivindicatório, primeiro por legalização do uso das áreas ocupadas e, depois, por infraestrutura urbana, como loteamento, saneamento básico, serviços de saúde e educação, entre outros. O movimento gerou um certo nível de organização comunitária para encaminhar as demandas aos governos municipal e estadual. A existência dessa organização e as carências no atendimento à saúde fundamentaram a escolha da região como base de atuação do Programa.

A participação de tais comunidades no Programa se dá por meio das dezenas de associações de bairros, de moradores e de mulheres; dos conselhos locais de saúde (um para cada bairro) e do Conselho de Saúde da Região Sul (Consul), que congrega todas as organizações atuantes, direta ou indiretamente, na área de saúde dessa região.

No âmbito do Consul, o debate sobre qualidade de vida levou à ampliação do conceito de saúde, incluindo temas como educação, emprego, geração de renda, meio ambiente e direitos humanos, entre outros. A discussão estimulou o surgimento de outras entidades comunitárias, como o Conselho Regional de Educação Sul (Cresul), o Conselho Popular Feminino da Região Sul (Confesul), a Cooperativa de Multitrabalhadores da Zona Sul de Londrina (Multicoopersul) e a Sociedade Organizada e Livre pela Democratização da Informação (Sol), cujo objetivo principal é criar uma rádio comunitária associa-



da ao Consul e patrocinada pelo Programa UNI Londrina.

Também fazem parte do componente comunitário do Programa muitas associações de mulheres. Dezenas dessas associações se envolveram nos debates promovidos pelo UNI Londrina sobre alcoolismo, violência contra a mulher, desnutrição infantil, coleta e reciclagem de lixo, etc. O Programa ainda investiu na capacitação de mulheres para a atenção à saúde familiar.

FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES

Os serviços de saúde que participam do UNI Londrina correspondem ao hospital estadual da Zona Sul e às unidades básicas de saúde da região. Desde sua implementação, o Programa tem criado cursos de capacitação para os profissionais desses serviços (muitas vezes envolvendo estudantes da área, agentes de saúde e lideranças comunitárias). Os cursos abordam tanto os procedimentos ambulatoriais e hospitalares quanto as características da comunidade, a fim

de direcionar o oferecimento de informações sobre autocuidados e sobre o controle sanitário e epidemiológico.

O conceito de saúde passou a incluir temas como educação, emprego, geração de renda, meio ambiente e direitos humanos, entre outros

Grande parte dos cursos possui uma estrutura de expansão capilar: alguns poucos profissionais de saúde, funcionários municipais ou estaduais e membros da comunidade recebem treinamento,

tornando-se multiplicadores que repassam o conteúdo aprendido, no ambiente das unidades básicas de saúde e das organizações comunitárias. A estratégia incentivou muitos integrantes da comunidade a se tornarem agentes comunitários de saúde.

A experiência do Programa na formação desses agentes está servindo de parâmetro para a administração municipal estender a todo o território de Londrina o programa de saúde da família, antes restrito à zona rural. Foi também no UNI Londrina que a prefeitura se baseou para implementar um programa municipal de atendimento à mulher vítima de violência.